adf
AFRICA DEFENSE

CONSTRUINDO CONFIANÇA

O Sucesso no Combate à Insurgência Começa com Civis

PLUS

Uma entrevista com o Major-General Abdul Khalifa Ibrahim, Comandante da MNJTF

VISITE-NOS EM ADF-MAGAZINE.COM

VOLUME 16 | 2º TRIMESTRE

20

reportagens

8 **Compreender a Missão, o Terreno e o Inimigo**
O Major-General Abdul Khalifa Ibrahim, comandante da MNJTF, explica por que ele pensa que a Bacia do Lago Chade está no caminho certo para derrotar os grupos extremistas

14 **Um Modelo para a Resolução de Conflitos**
O sucesso das mediações locais na Nigéria pode indicar o caminho para uma aplicação generalizada no continente

20 **Manter a Paz, Garantindo a Verdade**
Desinformação russa força Missões das Nações Unidas a combater mentiras

26 **Repensar a Manutenção da Paz**
Protestos, violência e mandatos alargados levam os especialistas a procurar formas de adaptação

34 **As Dimensões do Diálogo**
A Mauritânia mostra que o diálogo com os extremistas pode dar resultados, mas o processo está repleto de desafios

38 **Marrocos Logra Sucessos na Reabilitação de Prisioneiros**
O programa Moussalaha de três etapas ajuda os extremistas a repensarem os seus pontos de vista e a reintegrarem-se na sociedade

44 **Uma Década de Segurança Marítima**
O Código de Conduta de Yaoundé teve êxitos e pode crescer

50 **Mulheres Desempenham um Papel Fundamental no Combate ao Extremismo**
A experiência dos Camarões na reabilitação de antigos combatentes mostra que as vozes das mulheres ajudam no processo de desradicalização

62

colunas

4 Pontos de Vista

5 Perspectiva Africana

6 África Hoje

32 Batimento Cardíaco Africano

56 Ferramentas da Profissão

58 Força Futura

60 Defesa e Segurança

62 Manutenção da Paz

64 Trabalho em Equipa

66 Retrospectiva

67 Onde Estou?

A Africa Defense Forum está disponível online.

Por favor, visite-nos em adf-magazine.com

NA CAPA:
Esta colagem de fotografias mostra militares envolvidos em várias actividades cinéticas e não cinéticas associadas a operações de combate à insurgência. Esta imagem mostra que o sucesso deve incluir a protecção e a conquista do apoio da população local.

NO CENTRO: AFP/GETTY IMAGES. CANTO SUPERIOR DIREITO E NO SENTIDO HORÁRIO: FORÇA AÉREA DOS EUA, FORÇA AÉREA DOS EUA, EXÉRCITO DOS EUA, FORÇA AÉREA DOS EUA

PONTOS DE VISTA

Embora a maior parte de África continue segura, há bolsas de violência extremista que se propagam. As organizações terroristas globais procuram explorar estes pontos fracos de segurança depois de terem perdido terreno noutras partes do mundo.

Estes grupos vêem partes do Sahel, do Corno de África e do norte de Moçambique como locais onde estão livres para recrutar, expandir e lançar ataques.

Um relatório das Nações Unidas de 2023 considerou a África Subsaariana o "epicentro" mundial do terrorismo. Quase metade de todas as mortes relacionadas com o terrorismo a nível mundial em 2021 ocorreram na África Subsaariana. Os mais afectados foram o Burquina Faso, o Mali, o Níger e a Somália, com 34% das mortes relacionadas com o terrorismo a nível mundial.

Esta violência não só destrói vidas, como também atrasa o progresso económico e inverte as conquistas democráticas.

A resposta militar continua a ser a resposta mais comum ao problema. Os países estão a procurar novas formas de reunir rapidamente coligações de nações determinadas para responder a ameaças, quer sob a bandeira da União Africana, uma comunidade económica regional, ou através de um acordo ad hoc.

Mas as lições duramente aprendidas mostram que a força militar por si só não pode derrotar a insurgência. Se os factores subjacentes à insegurança não forem resolvidos, a violência voltará.

Os países devem aprender uns com os outros sobre as melhores formas de desenvolver estratégias de longo prazo contra o extremismo. Isto inclui combater a ideologia extremista, desmobilizar e reintegrar antigos combatentes e criar confiança nas comunidades afectadas pela violência.

Acima de tudo, os países devem analisar os factores que levam os jovens ao recrutamento por extremistas. Não é surpresa que as áreas mais facilmente exploradas pelos grupos insurrectos sejam subdesenvolvidas e distantes das capitais nacionais.

Os países que tiveram mais sucesso no combate ao extremismo e a outros tipos de insurreição adoptaram uma abordagem de todo o governo. Nestes casos, o sector da segurança proporciona segurança e estabilidade numa área para que o desenvolvimento e a ajuda possam ocorrer.

Como profissionais militares, conhecemos a complexidade das operações de contra-insurgência. Sabemos que leva tempo, requer a adesão de múltiplas partes interessadas e exige uma vontade de experimentar estratégias não convencionais. Aprendendo uns com os outros e estabelecendo parcerias, podemos ajudar a reforçar os pontos fracos e impedir que os grupos insurgentes expandam o seu alcance no continente.

Equipa do Comando Africano dos Estados Unidos

Um soldado do Batalhão de Intervenção Rápida do Djibouti treina durante o Justified Accord 2023 em Isiolo, Quénia.

PRIMEIRO-SARGENTO STEVEN EATON/ EXÉRCITO DOS EUA

adf AFRICA DEFENSE FORUM

Contra-Insurgência

Volume 16, 2º Trimestre

COMANDO AFRICANO DOS ESTADOS UNIDOS

CONTACTOS:

U.S. AFRICA COMMAND

Attn: J3/Africa Defense Forum
Unit 29951
APO-AE 09751 USA

ADF.Editor@ADF-Magazine.com

HEADQUARTERS U.S. AFRICA COMMAND

Attn: J3/Africa Defense Forum
Geb 3315, Zimmer 53
Plieninger Strasse 289
70567 Stuttgart, Germany

Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas em segurança em África. As opiniões expressas nesta revista não representam necessariamente as políticas ou pontos de vista deste comando ou de qualquer outra agência governamental dos EUA. Certos artigos são escritos pela equipa da ADF, e os créditos para outros conteúdos são anotados conforme necessário. A secretaria de defesa determinou que a publicação desta revista é necessária para difundir assuntos de natureza pública exigidos por lei ao Departamento de Defesa.

Gana Actua para Manter o Terrorismo Afastado

Vice-Almirante Seth Amoama, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Defesa do Gana, falou sobre "Os esforços militares do Gana para travar o terrorismo" na primeira Exposição e Conferência Internacional de Defesa, no dia 12 de Outubro de 2022, em Burma Camp, em Acra, Gana. As suas observações foram retiradas de um relato publicado pelo site Ghana Peace Journal e foram editadas por razões de espaço e clareza.

MARINHA DOS EUA

Soldados do Gana garantem a segurança durante um ataque simulado no Exercício Flintlock 2022 na Costa do Marfim.

SARGENTO KACIE BENAK/EXÉRCITO DOS EUA

Nos últimos anos, o Gana tem adoptado uma abordagem multissectorial que envolve todo o governo e a sociedade para conter qualquer possível propagação do terrorismo e do extremismo violento.

As Forças Armadas do Gana (GAF), em resposta, também conceberam uma estratégia militar bem pensada e um plano de implementação para lidar eficazmente com as ameaças externas do Gana.

O Gana tem-se mantido relativamente estável numa sub-região que tem sido assolada por uma miríade de problemas de segurança.

Na última década, a ameaça da al-Qaeda, da Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimin, da Província do Estado Islâmico da África Ocidental e de outras organizações espalhou-se gradualmente do norte do Mali para Níger, Burquina Faso e, mais recentemente, para o nordeste da Costa do Marfim e para o norte do Togo e do Benin.

As actividades das organizações extremistas violentas (OEV) e dos grupos terroristas armados (GTA) têm preocupado o discurso da segurança regional e nacional. É muito preocupante o avanço para sul das OEV e dos GTA na África Ocidental e no Sahel para os Estados costeiros ao longo das fronteiras comuns da África Ocidental.

Na qualidade de membro fundador da Iniciativa de Acra, o Governo do Gana continua a reforçar a cooperação multilateral e a partilha de informações com Togo, Benin, Burquina Faso, Costa do Marfim, Níger, Nigéria e Mali para prevenir a ameaça do terrorismo e do extremismo violento na sub-região, através da Iniciativa de Acra e de outros acordos bilaterais.

Até à data, as Operações Koudanlgou I, II, III e IV foram conduzidas ao longo das fronteiras comuns dos países da Iniciativa de Acra com relativo sucesso e, com o acordo das partes na Iniciativa de Acra, foi desenvolvido um plano operacional fronteiriço conjunto. O plano foi iniciado no final de 2021 e, em Dezembro de 2022, o quartel-general da Força-Tarefa [Conjunta] Multinacional seria estabelecido no Gana. O comandante da força foi nomeado e estamos a trabalhar para estabelecer o quartel-general em Tamale.

Um dos elementos-chave da segurança regional tem sido a adopção de abordagens não cinéticas à segurança, através do reforço da resiliência e da coesão nacional. Recentemente, o Ministério da Segurança Nacional lançou um projecto intitulado "See Something, Say Something" (Viu Algo, Denuncie) para trazer todos — todos os aspectos da sociedade — para a luta contra o terrorismo.

O governo está também a aumentar a presença do Estado em todo o país, para que não haja espaços não governados em lado nenhum, e a descentralizar o desenvolvimento e a presença das agências de segurança e de informação em todas as partes do país.

Desde a formação das Forças Armadas do Gana, o panorama da segurança global tem assistido a uma mudança significativa do combate convencional para a guerra assimétrica. Esta é caracterizada por actividades de terrorismo e insurgência, e a estratégia de resposta das GAF às ameaças também evoluiu.

- **Mudanças nas abordagens doutrinárias:** uma mudança na doutrina da formação para ter em conta as ameaças e a guerra assimétricas incluirá todos os níveis de formação, incluindo o desenvolvimento de pessoal fora do país. Outra coisa que introduzimos foi a criação de um Comando de Doutrina e Formação para analisar as nossas doutrinas e revê-las em consonância com as ameaças actuais.
- **Uma reestruturação da força:** isso significa um impulso renovado no sentido de unidades mais inteligentes e mais pequenas, ágeis, capazes de responder e conduzir operações cirúrgicas para atingir objectivos estratégicos apoiados por estruturas de apoio logístico.
- **Prevenção:** a Estratégia Nacional de Luta contra o Terrorismo e a Insurgência define o recurso a operações conduzidas por informações e a operações de guerra de informação.

O impulso para o sul das actividades dos terroristas, especialmente a partir do Mali, do Níger, do Burquina Faso e da região mais vasta do Sahel, continua a ser elevado e é provável que persista.

O impacto dos esforços nacionais e militares está a produzir os resultados necessários, pelo que a colaboração com parceiros estratégicos continua a ser crítica e necessária para consolidar os nossos ganhos. Consequentemente, a determinação do Gana em manter relações bilaterais e multilaterais assenta em Estados pacíficos e democráticos que garantem a sobrevivência, a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos face a ameaças iminentes e potenciais.

Aldeões recolhem ajuda alimentar largada de um avião no Sudão do Sul. AFP/GETTY IMAGES

FORÇA-TAREFA VAI COMBATER A INSEGURANÇA ALIMENTAR

EQUIPA DA ADF

Visto que a insegurança alimentar continua a afligir a Etiópia, o Quénia, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (AID) inaugurou um grupo regional para abordar a questão.

A Rede de Aprendizagem em Vigilância Nutricional (LeNNS), com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), reuniu-se, pela primeira vez, no dia 23 de Novembro de 2022, em Nairobi, Quénia, para trabalhar em prol de "políticas eficazes, defesa e planeamento de acções à volta da nutrição na região," de acordo com a AID.

O Dr. Patrick Amoth, director-geral do Ministério da Saúde do Quénia, disse que a LeNNS ajudará a gerar informações e provas atempadas para que possam ser utilizadas para informar políticas, estratégias e programas eficazes em toda a região.

Mais de 137 milhões de africanos enfrentam uma insegurança alimentar aguda, de acordo com o Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS). Desse total, 111 milhões (81%) vivem em países em conflito. Oito em cada 10 países que enfrentam insegurança alimentar aguda também enfrentam conflitos.

Cerca de 73% da insegurança alimentar aguda no continente está concentrada em oito países, informou o ACSS, incluindo quatro na África Oriental: Etiópia, Somália, Sudão do Sul e Sudão. Todos os quatro são Estados-membros da AID, e cada um deles está envolvido num conflito. Os outros membros da AID são Djibouti, Quénia e Uganda. A Eritreia está inactiva.

A fome é medida numa escala de 5 pontos denominada Classificação Integrada de Fase de Segurança Alimentar. A insegurança alimentar aguda encontra-se na posição 3 na escala e ocorre quando as pessoas têm de vender bens essenciais ou utilizar recursos essenciais para sustentar uma dieta limitada. O nível mais grave é a fome, que é uma completa falta de acesso a alimentos.

A LeNNS ajudará a melhorar a vigilância nutricional regional, melhorando as ligações entre as instituições que a efectuam, informou a AID .

"A desnutrição e a insegurança alimentar representam grandes ameaças aos objectivos sociais, económicos e de desenvolvimento a nível mundial, regional e nacional," afirmou John Kuehnle, director de saúde da USAID. "A USAID está empenhada em trabalhar com os países para reforçar os sistemas nacionais de informação nutricional, a disponibilidade e a utilização de dados nutricionais subnacionais e o reforço das capacidades em torno dos dados nutricionais."

ESTUDO:
OS PROJECTOS PORTUÁRIOS CHINESES ESTÃO A CHEGAR COM CUSTOS AMBIENTAIS

Porto da Beira em Moçambique

AFP/GETTY IMAGES

EQUIPA DA ADF

A Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China prometeu grandes investimentos em portos de todo o mundo. Contudo, os custos ambientais e humanos destes projectos só agora começam a ser compreendidos, segundo os relatórios.

Os portos construídos pela China em Angola, Camarões, Costa do Marfim, Djibouti, Mauritânia e Moçambique tornaram-se exemplos de como esses projectos podem perturbar os ecossistemas aquáticos e as comunidades locais de pescadores artesanais, de acordo com um relatório liderado pelo Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston.

Os países da costa atlântica de África — particularmente Angola, Camarões e Costa do Marfim — enfrentam o maior risco para as suas comunidades piscatórias locais devido aos projectos portuários. As comunidades de pesca artesanal dos Camarões lideram a lista, segundo os investigadores.

A construção do porto de Kribi, nos Camarões, financiado pela China, destruiu uma zona de praia popular, juntamente com a comunidade de Lolabe, lançando a população local e o ambiente numa situação de desordem.

Os planeadores podem evitar criar conflitos com as comunidades de pescadores artesanais, assegurando que esses residentes sejam incluídos no desenvolvimento de projectos portuários. Isso pode garantir que, depois, essas comunidades fiquem melhor, ou pelo menos não pior, disse Rebecca Ray, uma investigadora sénior que trabalhou no relatório.

"Os portos são o sector de maior risco na construção costeira, devido às muitas vias possíveis para os impactos ambientais e sociais: para além do ruído, da luz e da perturbação do habitat provocada pela própria construção, também trazem o potencial para mudanças significativas nos ecossistemas locais, através da introdução de espécies invasoras que "apanham boleia" nos navios que chegam, e o esgotamento das unidades populacionais de peixe locais devido às novas frotas pesqueiras que podem vir a utilizar o porto," disse Ray à Voz da América.

O Porto da Amizade de Nouakchott, da Mauritânia, da década de 1980, que foi modernizado como parte da BRI, em 2018, foi alvo de críticas das comunidades locais por trazer frotas de pesca chinesas que sobrecarregaram as equipas de pesca artesanal locais e prejudicaram o meio ambiente, de acordo com Ray.

Em Angola e Moçambique, mais de 2.000 quilómetros quadrados de habitats marinhos estão em risco elevado devido ao desenvolvimento portuário.

A renovação e a expansão do Porto de Pesca da Beira, em Moçambique, pôs em risco o ambiente marinho circundante num raio de 10 quilómetros, tornando-o um dos projectos mais prejudiciais no relatório do Centro de Políticas de Desenvolvimento Global.

A redução do impacto ambiental e social dos projectos portuários exige que os países imponham maiores salvaguardas e estabeleçam normas mais estritas.

"É importante que fique claro que todos os planeadores e financiadores, independentemente da sua nacionalidade, devem ter cuidado com os recursos naturais que sustentam as comunidades tradicionais e as economias costeiras como um todo," disse Ray à ADF.

COSTA DO MARFIM LANÇA GRANDE MOVIMENTO PARA COMBATER O DESMATAMENTO

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

A Costa do Marfim, que perdeu quase todas as suas florestas no último meio século, lançou um grande projecto para triplicar a sua cobertura até 2030, anunciou o governo em Novembro de 2022.

O Projecto de Investimento Florestal visa cobrir 6,5 milhões de hectares — cerca de 20% do país — disse o Banco Mundial, que financia o projecto de 149 milhões de dólares.

O projecto também ajudará a preservar 300.000 hectares de terras florestais degradadas no sudoeste e florestas na zona norte de savanas, disse o Ministro da Água e das Florestas, Laurent Tchagba.

O projecto de sete anos beneficiará os quatro parques nacionais do país, incluindo o Parque Nacional da Floresta de Tai, no oeste, classificado pela UNESCO como Património Mundial. Trata-se de um dos últimos remanescentes da floresta tropical primária da África Ocidental.

A Costa do Marfim tinha 16 milhões de hectares de floresta na década de 1960.

Este número desceu para 2 milhões de hectares, segundo os dados oficiais, principalmente devido ao desenvolvimento das plantações de cacau, de que a Costa do Marfim é o principal produtor mundial, com 40% do mercado.

As mudanças climáticas, os desastres naturais, a degradação dos solos, e a deslocação das populações contribuem igualmente para a perda de florestas.

Delegações de outros países produtores de cacau, como Brasil, Colômbia, República Dominicana e Gana, participaram no lançamento do projecto.

Guardas florestais e técnicos preparam terrenos para a reflorestação no sudoeste da Costa do Marfim.
AFP/GETTY IMAGES

MNJTF

COMPREENDER A MISSÃO, O TERRENO E O INIMIGO

O Major-General Abdul Khalifa Ibrahim, Comandante da MNJTF, Explica Por que Ele Pensa Que a Bacia do Lago Chade Está No Caminho Certo Para Derrotar os Grupos Extremistas

O Major-General Ibrahim, do Exército Nigeriano, tem uma carreira militar de mais de 35 anos. Tem um mestrado em estudos estratégicos pela Universidade de Ibadan e participou em operações internacionais de apoio à paz na Libéria e no Sudão. A nível interno, dirigiu tropas em operações na Península de Bakassi, no Delta do Níger e em Kaduna. Durante a sua carreira, recebeu distinções, incluindo a Estrela de Serviços Distintos, a Medalha de Honra do Comando de Campo e a medalha da Operação Lafiya Dole. Em Agosto de 2021, foi nomeado comandante da Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), um esforço regional de cinco países mandatado para incluir até 10.000 soldados com o objectivo de restaurar a paz na Bacia do Lago Chade. Ele falou à ADF a partir do quartel-general da MNJTF em N'Djamena, Chade, em Março de 2023, pouco antes do fim do seu mandato. Esta entrevista foi editada por questões de espaço e clareza.

ADF: *A MNJTF tem uma estrutura de forças especial com quatro sectores dentro das fronteiras nacionais dos países da Bacia do Lago Chade (BLC). Para além disso, as brigadas da MNJTF trabalham com as forças armadas nacionais. Como é que esta estrutura ajudou na luta contra os grupos extremistas violentos?*

Ibrahim: Uma vez que cada sector está domiciliado no país em torno da BLC, isto dá-nos a vantagem de mantermos os olhos abertos e de analisarmos os desafios dentro das áreas. A área da BLC é muito vasta; o terreno é muito difícil. Temos grandes massas de água. Isso permite ao Boko Haram, que não respeita qualquer fronteira, deslocar-se de um país para o outro. O facto de estarmos espalhados pelos quatro sectores, pelos quatro países, deu-nos mobilidade, acesso, alcance e permite a cooperação entre nós. Isso ajudou-nos muito a combater a ameaça dos grupos extremistas violentos.

ADF: *Considera que esta situação pode servir de modelo para outras regiões do continente que enfrentam insurgência nas regiões fronteiriças?*

Ibrahim: Sim, de facto, a MNJTF é já um modelo para o continente e mesmo para além deste. Temos pessoas das Nações Unidas e de outras organizações que vêm procurar saber: "Como estão a operar?" A MNJTF é composta por três países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – Benim, Nigéria e Níger – enquanto os Camarões e o Chade pertencem à Comunidade Económica dos Estados da África Central. A Nigéria é anglófona, enquanto os Camarões, o Níger e o Chade são francófonos. E os chadianos também falam muito árabe.

Quando se olha para esta mistura, ela pode constituir um desafio, mas, de alguma forma, temos sido capazes de a ultrapassar, compreendendo a nossa missão e compreendendo que o inimigo comum que temos, os

Alguns chadianos viajam sentados numa canoa no Lago Chade. A vasta dimensão do lago e as suas numerosas ilhas onde os grupos extremistas se podem esconder tornaram a segurança da área difícil para a MNJTF. AFP/GETTY IMAGES

grupos extremistas violentos — pode chamar-lhes Boko Haram, pode chamar-lhes ISWAP [Província do Estado Islâmico da África Ocidental] — levam a cabo operações num país e fogem para outro. Com o conceito de operações e dos vários programas que foram criados na MNJTF, somos mais flexíveis. Posso viajar para os Camarões, para o Níger, para partes do Chade onde a minha força está domiciliada, sem qualquer impedimento, pelo que isto nos afectou positivamente.

ADF: *Quais são os últimos desenvolvimentos na região?*

Ibrahim: No último ano, milhares de pessoas anteriormente deslocadas internamente regressaram às suas residências. A autoridade política do Estado de Borno fechou os campos de deslocados internos e transportou as pessoas de volta para cidades como Baga, Monguno, Cross Kauwa, e elas ainda lá estão. Nos Camarões, no ano passado, milhares de pessoas foram deslocadas do campo de refugiados de Minawao. Abrimos também a rota internacional de N'Djamena, no Chade, para Kousseri, nos Camarões, e depois para Maiduguri, na Nigéria. Esta estrada está aberta e as pessoas podem transportar os seus bens comerciais. O número de ataques diminuiu significativamente. As pessoas podem regressar às suas machambas; as pessoas podem dedicar-se à actividade comercial. Em Baga, as pessoas voltaram a pescar. Quando se olha para isto, vê-se que a paz está gradualmente a regressar à BLC. É preciso fazer mais, mas estamos num bom caminho.

Tropas camaronesas da MNJTF conduzem operações destinadas a interromper as redes de abastecimento logístico dos grupos extremistas em Janeiro de 2023. MNJTF

ADF: *Um aspecto notável da MNJTF tem sido a utilização da força aérea. Pode descrever a forma como a força aérea tem apoiado as operações de combate à insurgência em terra?*

Ibrahim: Na guerra moderna, um dos temas dominantes é a utilização da força aérea, porque dá um alcance adicional, permite a entrega em locais que as tropas terrestres não conseguem alcançar facilmente. A força aérea tem sido um multiplicador de forças de proporções imensas. Os países contribuintes de tropas da zona da BLC investiram muito, especialmente a Nigéria, e o resultado é bastante

Ibrahim efectua uma inspecção às tropas no quartel-general do Sector 1, em Mora, Camarões. MNJTF

Ibrahim, à esquerda, dá as boas-vindas ao Comandante do Teatro da Operação Hadin Kai da Nigéria, Major-General Ibrahim Sallau Ali, durante uma visita ao quartel-general da MNJTF em N'Djamena, no Chade. MNJTF

óbvio. Não tenho a liberdade de entrar em pormenores, mas esta melhoria das capacidades da Força Aérea Nigeriana, que utilizamos como componente da Operação Hadin Kai e da MNJTF, conduziu, de facto, à maioria dos sucessos que alcançámos. Temos muitos serviços de inteligência e informações que saem da zona e tiramos partido dessas informações, informando rapidamente a nossa componente aérea. Os aviões são capazes de utilizar rapidamente os instrumentos de que dispõem e vários alvos de elevado valor foram destruídos. Abatemos vários líderes importantes do Boko Haram e da ISWAP, os seus campos e o seu equipamento, mas isso é pouco divulgado. A força aérea tem sido fundamental para o nosso sucesso, e continuará a sê-lo.

ADF: *Falou da necessidade de uma abordagem de "toda a sociedade" no ambiente do combate à insurgência. O que é que isso significa para si e como é que a MNJTF tem procurado implementar essa abordagem?*

Ibrahim: A abordagem de toda a sociedade consiste basicamente no emprego do governo, das forças armadas, dos paramilitares, da polícia, das organizações da sociedade civil e da sociedade em geral na prevenção da insurgência e na atenuação dos seus efeitos. Isso é feito utilizando meios cinéticos e não cinéticos. Os meios cinéticos são as operações que levamos a cabo, mas apercebemo-nos de que as operações podem, na melhor das hipóteses, combater uma insurreição a uma taxa de 20% a 30%. Setenta

As tropas da MNJTF operam na água para desmantelar as redes de abastecimento logístico que apoiam o Boko Haram. MNJTF

por cento do trabalho que tem de ser feito deve ser não cinético. Temos o gabinete de cooperação civil-militar, que é chefiado por um oficial superior que actua sob a minha direcção. E não ficámos por aí. Também temos o gabinete de cooperação civil-militar na Comissão da Bacia do Lago Chade, que é o quartel-general de supervisão da MNJTF. Estas duas células reúnem-se e depois descobrimos junto da população; o que é que precisamos de fazer para apoiar estas pessoas? Como é que se constrói a resiliência da comunidade?

No último ano, realizámos actividades como a renovação de escolas, a renovação de hospitais e mercados, para que as pessoas tenham um local para negociar. Por vezes,

“Acreditamos que vencer uma operação de combate à insurgência não é apenas uma questão militar. Todos os outros sectores da sociedade devem contribuir para que possamos ter uma sociedade melhor para o benefício de todos.”

os nossos soldados são afectos a escolas. Eles ensinam. Os nossos médicos oferecem, por vezes, tratamento juntamente com os nossos enfermeiros. Basicamente, acreditamos que vencer uma operação de combate à insurgência não é apenas uma questão militar. Todos os outros sectores da sociedade devem contribuir para que possamos ter uma sociedade melhor para o benefício de todos.

***ADF**: Como é que a MNJTF tentou encorajar as deserções dos grupos extremistas?*

Ibrahim: Hoje, posso dizer-vos, com toda a confiança, que, na área de operações da MNJTF e nas nossas operações nacionais vizinhas — Hadin Kai na Nigéria, Operation Emergence nos Camarões e outras — mais de 110.000 indivíduos se renderam ou desertaram. Este número inclui os combatentes, as suas famílias, os seus colaboradores e aqueles que eles obrigaram a ir com eles. Estes são os resultados das operações cinéticas propriamente ditas. Nós pressionamo-los e eles não conseguem obter as coisas que normalmente obtêm para sobreviver. Mas é sobretudo o aspecto não cinético, que são as operações psicológicas e as comunicações estratégicas. Recorremos aos meios de comunicação social internacionais para falar com eles, porque sabemos que quando falamos de uma determinada maneira eles ouvem-nos. Dizemos-lhes: “Se os vossos colegas se renderam e não foram mortos, o que estão a fazer no mato?” Não se trata de religião.

Também tem havido lutas internas intensas entre o Boko Haram e o ISWAP, que resultaram em mais rendições. O que fazemos para os encorajar a renderem-se é tratá-los bem. Por eles estarem a sair, não pensamos [que] são inimigos e disparamos contra eles. Respeitamos as leis dos conflitos armados; falamos com eles e pedimos-lhes que falem com outras pessoas. Acreditamos que as rendições podem potencialmente ser uma estratégia para acabar com o conflito. Reduz a população de onde se podem encontrar combatentes.

Os oficiais do quartel-general da MNJTF celebraram a véspera de Natal com uma visita a um orfanato local em N’Djamena, onde ofereceram presentes às crianças e doaram arroz, óleo, entre outras provisões.

MNJTF

***ADF:** Os grupos insurgentes prosperam em locais como a BLC, com condições de elevado desemprego juvenil, um clima difícil e falta de infra-estruturas. O que é necessário fazer para garantir que a BLC não seja um terreno fértil para o recrutamento de extremistas no futuro?*

Ibrahim confere medalhas ao pessoal da MNJTF durante uma cerimónia em Camp Farcha, em N'Djamena. SPYETV

Ibrahim: A zona e as ilhas da BLC são historicamente difíceis. O terreno é muito difícil. Pode ser pantanoso, pode ser lamacento, pode ser arenoso. Tem grandes massas de água. Infelizmente, durante muito tempo, a presença dos governos não se fez sentir lá. Isso se verifica nos quatro países. Isso criou condições em que as pessoas se sentiram privadas e caíram facilmente na radicalização. Penso que tem de haver um enfoque especial nesta área, algo como o Plano Marshall que surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Temos de olhar para esta zona e pensar em como torná-la atractiva para as pessoas que lá vivem. As instalações escolares, os hospitais, os mercados e até as estradas não estão bem desenvolvidos na zona. Penso que temos de pensar em ter infra-estruturas. Mas o mais importante é educar as pessoas e dar-lhes um sentimento de pertença.

ADF: *Como descreveria a actual força dos grupos insurgentes?*

Ibrahim: A força do Boko Haram e do ISWAP diminuiu significativamente, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Este facto pode estar relacionado com o problema do terreno. É um ambiente muito exigente. Por vezes, pensa-se que a área à volta do Lago Chade é um deserto, mas não é assim. Está coberta de florestas densas. Há zonas muito difíceis de alcançar. Mas estamos a trabalhar para isso. No ano passado, tivemos a Operação Lake Sanity, em que conseguimos penetrar nas ilhas do Lago Chade. Estivemos lá durante vários meses e centenas de reféns foram libertados. Alguns escaparam por si e quando lhes perguntámos como tinham escapado, disseram que foi o efeito dos nossos bombardeamentos e acções ofensivas que distraíram o inimigo, permitindo-lhes fugir. O próximo passo é estudar as lições aprendidas com esta operação.

ADF: *O senhor assumiu o cargo de comandante da força em Agosto de 2021. O que é que aprendeu com a experiência em termos de estratégia e determinação necessárias para derrotar uma insurgência?*

Ibrahim: Trata-se de um equipamento operacional de combate à insurgência, que é diferente de uma operação de apoio à paz. Para ter êxito, tem de compreender-se muito bem a sua missão. O que é que estamos aqui a fazer? Quando se percebe isso, é preciso compreender o terreno. Depois, deve-se compreender a natureza do inimigo. O adversário que estamos a combater é um inimigo altamente móvel, altamente determinado e fanático. Se os quisermos derrotar, temos de ser de alto nível e muito profissionais. Tem de tratar os seus soldados como eles devem ser tratados.

Também devemos ter o equipamento correcto. Estas pessoas viajam à noite. Podem deslocar-se 50 a 80 quilómetros numa noite. É preciso ter um equipamento que mostre quando as pessoas estão a viajar quando não devem e, então, tirá-las de lá. E depois, claro, a abordagem de toda a sociedade de que falámos não é sobretudo uma questão militar. Queremos que a sociedade civil participe, queremos o governo e a população local, porque os insurgentes vivem entre eles. Precisamos que eles estejam do nosso lado. ❑

Um Modelo Para a Resolução de Conflitos

O Sucesso das Mediações Locais na Nigéria Pode Indicar o Caminho para uma Aplicação Generalizada no Continente

EQUIPA DA ADF

No vasto Cinturão Médio agrícola da Nigéria central, Emmanuel Ogbudu testemunhou o poder das intervenções locais.

Ogbudu, gestor de monitorização e avaliação do grupo humanitário Mercy Corps, passou mais de 10 anos como pacificador. Ele gosta de contar a história de um agricultor de Bokkos, no Estado de Plateau, que chamou a polícia para prender um pastor cujo gado destruiu algumas das suas culturas.

Implorando ao agricultor que retirasse o caso para poderem resolvê-lo em casa, o pastor contactou o seu líder local que tinha sido treinado pelo Mercy Corps em técnicas de negociação. O líder encontrou-se com o agricultor e persuadiu-o a não apresentar queixa.

Depois, a mediação começou a sério, disse Ogbudu. O resultado foi que o pastor pagou ao agricultor uma pequena quantia de dinheiro pelo fertilizante.

"A disputa foi completamente resolvida com ambas as partes satisfeitas," disse Ogbudu à ADF. "Este é um exemplo para mostrar que as pessoas da comunidade estão realmente confortáveis e confiantes nas capacidades de negociação e mediação dos seus líderes formados e preferem-nos para resolver disputas em vez de as agravar.

"Há muitas histórias deste género."

Na Nigéria, onde a insegurança paira diariamente como uma nuvem de tempestade sobre algumas partes do país, as pessoas estão a olhar para o poder de abordagens alternativas para a pacificação. Os peritos dizem que o desenvolvimento de ferramentas e técnicas que se adaptem à cultura e tradições locais é fundamental para o sucesso das mediações.

O líder local, Alhaji Shaibu Bayeru, reza na mesquita da aldeia Fulani de Luggere, no Estado de Plateau, na Nigéria.

AFP/GETTY IMAGES

Com base em alguns resultados altamente encorajadores de um estudo recente, os investigadores estão a exortar os líderes a agirem localmente. As implicações, dizem eles, poderiam beneficiar todo o continente.

'UMA INTERVENÇÃO DE BAIXO CUSTO'

Em 2022, o Índice Global da Paz classificou a Nigéria em 143.º lugar entre 163 países e territórios avaliados.

Para além da insurgência de organizações extremistas violentas e do banditismo e raptos desenfreados, o país sofre de uma procissão aparentemente interminável de disputas comunais ao longo de linhas étnicas, religiosas, culturais e económicas.

Lar de mais de 250 grupos étnicos, a Nigéria tem uma população maioritariamente dividida entre muçulmanos no norte e cristãos no sul.

As tensões entre aldeias, tribos, vizinhos, agricultores, pastores, bandos, vigilantes e outros podem explodir a qualquer momento. As disputas por ideologia, território e outros recursos transformam-se facilmente em conflitos e derramamento de sangue.

"As pessoas estão à procura de justiça," disse Kaltumi Abdulazeez durante um painel de discussão de 2021 sobre religião, identidade e conflito na Nigéria.

Como oficial de programa do Centro de Mediação Inter-religiosa de Kaduna, Abdulazeez supervisiona programas de construção da paz em seis Estados do norte da Nigéria e do Cinturão Médio.

"Há um ditado que diz que a paz mais cara é mais barata do que a guerra mais barata," disse. "Por isso, penso que é mais do que tempo de voltarmos à prancheta de desenho para reformular a estratégia, analisar o contexto deste conflito e também fornecer contexto e soluções locais."

Uma das chaves para a resolução de conflitos é a confiança.

De acordo com Rebecca Jayne Wolfe, autora principal do relatório de 2022 do Mercy Corps, a confiança forma-se naturalmente entre os líderes locais, tradicionais, espirituais e informais e as suas comunidades.

O líder comunitário, Yusuf Dayyabu Garga, consola Yahaya Musa, um sobrevivente de ataques de bandidos em Jos, no centro-norte da Nigéria. Há muito que a região é afectada por conflitos sobre terras e recursos.

AFP/GETTY IMAGES

Solomon Acharga, um agricultor de inhame em Benue, na Nigéria, contempla o armazém vazio da sua quinta. Ameaçados pela insegurança, os agricultores do cinturão agrícola da Nigéria estão a abandonar cada vez mais as suas terras. AFP/GETTY IMAGES

Aldeões observam enquanto outros se preparam para evacuar Ganaropp, onde pastores Fulani mataram 35 pessoas na área de Barikin Ladi, perto de Jos, em 2018. Os confrontos sobre a utilização das terras e dos recursos no Estado de Plateau estão a intensificar-se ao longo de linhas religiosas e étnicas.

AFP/GETTY IMAGES

"A presença do Estado [no Cinturão Médio] é extremamente fraca," disse à ADF. "Se aparece, muitas vezes, não é de confiança.

"E, muitas vezes, quando se vêem pessoas de fora a entrar, isso inflama em vez de reduzir. Pode talvez tornar as coisas estáveis durante algum tempo, mas assim que as pessoas se vão embora, o conflito regressa."

Financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, o estudo começou com treinamentos de habilidades de mediação em 2019 e foi publicado em 2022.

Os pesquisadores seleccionaram 340 líderes locais de 44 comunidades nos Estados de Benue, Kogi e Plateau para serem formados em mediação.

Nos inquéritos de acompanhamento que compararam essas 44 comunidades com outras 44 onde os líderes locais nos mesmos três Estados não receberam formação, os dados mostraram que as competências de mediação melhoraram a segurança e a confiança.

Seis meses de acompanhamento mostraram uma diminuição acentuada da violência nas comunidades onde os líderes receberam formação em mediação.

Cerca de 30% dos participantes do inquérito nessas comunidades afirmaram ter sofrido um incidente violento durante esse período, em comparação com 55% dos participantes em comunidades onde os líderes não receberam formação.

"O facto de vermos esta diferença, 30% de diferença, é enorme," disse Wolfe.

Os líderes que receberam a formação sentiram que tinham mais capacidades de resolução de conflitos. Eles e os participantes do inquérito nas suas comunidades sentiram-se mais seguros.

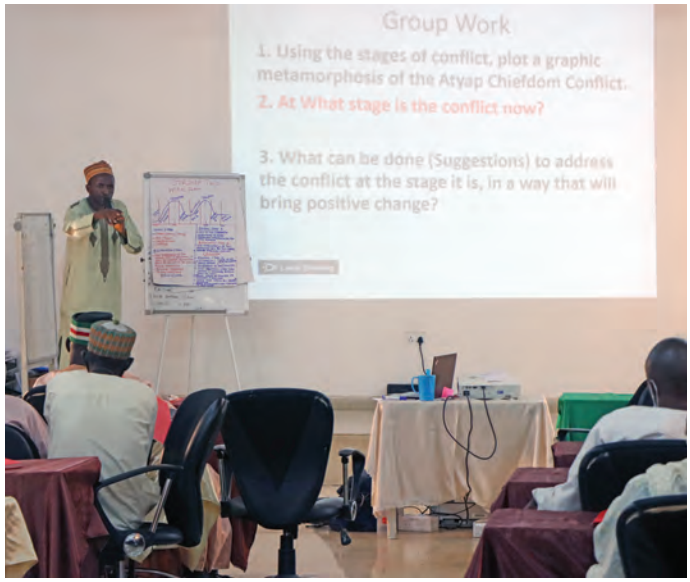
Também classificaram as suas interacções em mediações com líderes de grupos em conflito de forma mais positiva do que aqueles que não receberam a formação.

"Isso é realmente impressionante," disse Wolfe, "e é uma intervenção de baixo custo."

RESOLVER O CONFLITO A PARTIR DA RAIZ

Evitar a escalada de disputas e confrontos locais seria benéfico para qualquer país.

Em África, onde alguns dos extremistas



Líderes locais participam num workshop de formação em mediação no centro da Nigéria.
MERCY CORPS

mais violentos estão a aterrorizar civis em várias regiões, melhorar a resolução de conflitos locais pode ser transformador.

Wolfe considera a mediação local uma ferramenta "subutilizada."

Ao desenvolver uma caixa de ferramentas maior e melhor na Nigéria, a resolução de conflitos a nível local com mediação tem benefícios comprovados para a construção e manutenção da paz.

Ao travar a onda de insegurança em menor escala, as autoridades podem também transferir recursos para zonas com problemas mais complexos.

Estes efeitos em cadeia poderiam ajudar a Nigéria a enfrentar melhor o terrorismo que devasta o nordeste há 14 anos.

"São claramente necessárias abordagens alternativas," disse Wolfe. "O que está a acontecer não está a funcionar."

Outro estudo de investigação do Mercy Corps que ela liderou no nordeste da Nigéria trabalhou com líderes religiosos locais que tentavam reconciliar e reintegrar antigos membros do Boko Haram.

"Os dois estudos juntos falam realmente sobre isso — a abordagem mais local," disse. "Essas figuras de confiança têm muita influência na dinâmica dos conflitos."

A guerra da Nigéria contra o terrorismo e os seus conflitos intercomunitários têm muito em comum e algumas diferenças surpreendentes.

Wolfe registou as vidas perdidas e os prejuízos para a economia do país.

O Mercy Corps gastou 60.000 dólares para formar 340 líderes locais, enquanto o orçamento de segurança da Nigéria aumentou recentemente em 500 milhões de dólares para 4,8 mil milhões de dólares.

A violência intercomunitária no Cinturão Médio custou à economia cerca de 13 mil milhões de dólares e custou mais vidas em 2021 do que o Boko Haram no nordeste, disse Wolfe.

"Esses conflitos que não recebem muita atenção da imprensa podem ter efeitos maiores na vida cotidiana das pessoas," disse.

"A paz mais cara é mais barata do que a guerra mais barata."

~ Kaltumi Abulazeez, oficial de programa do Centro de Mediação Inter-religiosa de Kaduna, Nigéria

Wolfe sabe que a formação de líderes locais em mediação não resolverá toda a violência de um país, mas a resolução de conflitos locais pode complementar outras estratégias de segurança.

É um sentimento que Abdulazeez partilha e quer fazer avançar.

Ela gostaria de ver mais membros da comunidade, especialmente vítimas de violência, envolvidos na construção da paz e na mediação.

"Também é importante que lhes demos a oportunidade de serem donos do processo," disse. "Devem fazer parte do planeamento e da execução.

"Se começarmos a envolvê-los em todo o processo, não estamos apenas a reforçar as suas capacidades, estamos a dar-lhes um papel de liderança para poderem gerir e mitigar conflitos e facilitar o diálogo comunitário e os processos de mediação." ❑

ILUSTRAÇÃO DA ADF

MANTER A PAZ, GARANTIDO A VERDADE

DESINFORMAÇÃO RUSSA FORÇA MISSÕES DAS NAÇÕES UNIDAS A COMBATER MENTIRAS

EQUIPA DA ADF

Amina Fofana é membro de um dos grupos de protesto pró-junta do Mali e faz parte do Conselho Nacional de Transição do governo militar, o órgão legislativo do país.

Ela é prolífica nas redes sociais. A sua página do Facebook tem cerca de 5.000 amigos e contém uma torrente de mensagens que aparecem várias vezes por dia. É também uma firme apoiante da influência russa no Mali e difunde a sua propaganda enganosa e desinformação.

No dia 9 de Dezembro de 2021, publicou um vídeo de 3 minutos e 27 segundos que mostrava um helicóptero branco a aterrar num campo aberto enquanto pelo menos quatro jovens esperavam. Uma voz narrava em Bambara enquanto uma música tocava fracamente ao fundo. Um homem saiu do helicóptero e descarregou vários sacos e mochilas para os homens que estavam à espera. Um homem gravou um vídeo do encontro.

A publicação de Fofana afirma que o vídeo mostra as forças de manutenção da paz das Nações Unidas no Mali "a abastecer e a transportar os terroristas de helicóptero do ponto A para o ponto B!"

Nada poderia estar mais longe da verdade. E, no entanto, a afirmação é comum nas missões de manutenção da paz da ONU na República Centro-Africana (RCA), na República Democrática do Congo (RDC) e no Mali.
Um elemento comum na RCA e no Mali é o envolvimento de campanhas de desinformação ligadas à Rússia e a presença de uma força militar privada apoiada por Moscovo.

"Tanto na RCA como no Mali, o aumento da desinformação contra as forças de manutenção da paz da ONU coincidiu com o destacamento de mercenários russos do Grupo Wagner, em 2018 e 2021, respectivamente," escreveu Albert Trithart, editor e investigador do Instituto Internacional da Paz, em Novembro de 2022. "Embora seja difícil identificar as origens desta desinformação, os investigadores atribuíram grande parte dela a organizações locais da sociedade civil ou a meios de comunicação social com ligações financeiras à Rússia."

Ibrahim Togola, um estudante de filosofia e bloguista do Mali, fez um breve trabalho com as mentiras de Fofana numa publicação para Benbere, um blogue que defende a "reconciliação e o apaziguamento dos corações para um Mali unido e aberto."

Na sua publicação de 14 de Dezembro de 2021, ele cita o narrador do vídeo como tendo dito: "Eles são os que matam o nosso povo. Vocês dizem que eles vêm para nos ajudar [...], eles trazem o equipamento para o nosso mato para matar os nossos produtores de arroz."

O melhor indício de que o vídeo tinha sido mal caracterizado veio de um utilizador do Facebook que vive em Bangui, RCA. Num comentário à publicação de Fofana, ele salientou

Estações como a Rádio Guira, criada pela MINUSCA em Bangui, na República Centro-Africana, ajudam a transmitir informações fiáveis aos civis.

MINUSCA

que o helicóptero não era um avião da ONU e nem sequer estava no Mali. Na verdade, estava na RCA e ostentava um logótipo da African Parks na parte da frente. Estava a reabastecer os trabalhadores que gerem a Reserva Natural de Chinko.

A African Parks é uma organização não-governamental sul-africana, e um funcionário da organização confirmou a propriedade do helicóptero e que este se encontrava numa missão de reabastecimento de rotina, de acordo com o blogue de Togola.

UM PANORAMA DE MENTIRAS

À medida que a violência e a instabilidade política persistem na RCA, na RDC e no Mali, a atmosfera enche-se de desinformação e de mentiras, muitas das quais às mãos de operativos russos e dos seus aliados. Identificar e combater eficazmente estas mentiras é difícil, e os funcionários da ONU só recentemente começaram a formular respostas coordenadas.

Desde 2017, a desinformação em linha contra as missões de manutenção da paz da ONU e as forças de manutenção da paz individuais na RCA, na RDC e no Mali aumentou. "As alegações falsas mais comuns incluem que [as missões de manutenção da paz] a MINUSCA e a MINUSMA estão a pilhar recursos naturais e a conspirar com grupos armados ou jihadistas," escreveu Trithart, referindo-se às missões na RCA e no Mali, respectivamente.

O ano de 2022 viu a desinformação diminuir um pouco contra a MINUSCA na RCA, enquanto aumentava no Mali contra a MINUSMA, escreveu. O aumento da desinformação no Mali parece coincidir com o crescente envolvimento dos mercenários do Grupo Wagner e com a retirada das forças francesas, que se encontravam no país há cerca de uma década.

A MINUSMA assinala o seu 10.º aniversário em 2023. Ao fazê-lo, constata que os desafios que tem pela frente são não menos difíceis do que quando começou. Continua a ser a missão de manutenção da paz mais perigosa do continente. E embora não seja a maior, opera num dos ambientes mais inóspitos e desafiantes no meio de uma série de organizações extremistas violentas.

Do mesmo modo, a RCA, que também acolhe mercenários russos, continua a ser perigosa devido às tensões persistentes entre milícias muçulmanas e cristãs. Na RDC, mais de 100 grupos armados vagueiam pela região oriental, a 1.500 quilómetros da sede do governo nacional em Kinshasa.

Os meios de comunicação social profissionais são escassos nestes países, deixando um "vazio de informação" que proporciona um terreno fértil para a desinformação e para os boatos, escreveu Trithart. Isso combina com a ira popular relativamente à intratabilidade da violência e à intervenção estrangeira que a combate. Os boatos sobre a COVID-19 e o Ébola, em particular no leste da RDC, agravaram o problema e alimentam o sentimento anticolonial e os esforços de desinformação.

A ONU TOMA NOTAS

Em 2016, aquando da sua tomada de posse como secretário-geral, António Guterres prometeu que a ONU iria "comunicar melhor sobre o que fazemos, para que todos compreendam."

Num discurso de 12 de Julho de 2022 ao Conselho de Segurança, Guterres reconheceu o perigoso cenário de informações que as missões de manutenção da paz enfrentam nas mãos de maus actores.

"As armas que eles empunham não são apenas armas e explosivos," disse Guterres. "A desinformação, a má informação e o discurso de ódio estão a ser cada vez mais utilizados como armas de guerra" com o objectivo claro de "desumanizar o chamado outro, ameaçar comunidades vulneráveis — bem como as próprias forças de manutenção da paz — e até dar licença para cometer atrocidades."

Guterres salientou a necessidade de comunicações estratégicas eficazes para proteger os civis e as forças de manutenção da paz. A comunicação estratégica "centrada no ser humano" que ajuda a construir relações é a "melhor e mais económica" forma de combater as notícias falsas e a desinformação, disse.

"Mais do que apenas desarmar mentiras prejudiciais, o envolvimento numa comunicação bidireccional personalizada cria confiança, bem como apoio político e público ... fortalece a compreensão entre a população local das nossas missões e mandatos — e, em troca, fortalece a compreensão dos nossos soldados da manutenção da paz das preocupações, queixas, expectativas e esperanças da população local," disse.

Estão em curso várias acções para melhorar as comunicações estratégicas na manutenção da paz. A primeira é assegurar uma "abordagem de toda a missão" entre os soldados e os civis. Em segundo lugar, os chefes de missão estão encarregados de assegurar que comunicações estratégicas sejam integradas em todo o planeamento e tomada de decisões. Todas as missões receberão formação e partilharão as melhores práticas, e serão utilizadas ferramentas para combater a desinformação e o discurso de ódio. A ONU também está a monitorizar continuamente as suas campanhas de informação para garantir que continuam a ser eficazes.

Por fim, as comunicações estratégicas aumentarão a responsabilização e acabarão com a má conduta, como a exploração sexual. Este tipo de comportamento pode envenenar o ambiente de informação e virar os civis contra as forças de manutenção da paz. A desinformação e a falta de informação podem se corromper e espalhar-se no meio da falta de confiança.

De acordo com o Observatório Global do Instituto Internacional da Paz, um inquérito realizado no início de 2022 às forças de manutenção da paz da ONU revelou que 41% dos inquiridos afirmaram que a desinformação e a falta de informação "impediam de forma crítica ou grave" os mandatos das missões e 45% afirmaram que também punham em perigo a segurança das forças de manutenção da paz.

OS ELEMENTOS DE DESORDEM INFORMACIONAL

EQUIPA DA ADF

As mentiras e os boatos podem surgir de diferentes formas em várias plataformas nas missões de manutenção da paz. A má informação pode espalhar-se de boca em boca, nas redes sociais ou pelas mãos de actores externos nefastos, como, por exemplo, através de esforços apoiados pela Rússia.

Em "Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making (Desordem Informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas)," um estudo de 2017 para o Conselho da Europa, os investigadores Claire Wardle, Ph.D, e Hossein Derakhshan definem alguns termos úteis:

DESINFORMAÇÃO: Informação falsa e fabricada para prejudicar deliberadamente pessoas, grupos sociais, organizações ou um país. Um exemplo seria criar e espalhar falsamente uma acusação de que as forças de manutenção da paz estão a fornecer armas a terroristas.

FALTA DE INFORMAÇÃO: Esta informação também é falsa, mas não tem a intenção deliberada de causar danos. Por exemplo, os líderes comunitários podem, sem querer, espalhar um boato falso que acreditam ser verdadeiro.

MÁ INFORMAÇÃO: Este tipo de informação, embora baseada na realidade, é utilizada para infligir danos. Por exemplo, um agente pode divulgar ao público informações ou dados que deveriam ter permanecido privados. A categoria pode incluir discursos de ódio.

"Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making (Desordem Informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas)," 2017, de Claire Wardle, Ph.D., e Hossein Derakhshan

COMBATENDO A DESINFORMAÇÃO

O discurso de Guterres, de 12 de Julho de 2022, marcou a primeira vez que o Conselho de Segurança da ONU abordou as comunicações estratégicas nas operações de manutenção da paz, de acordo com "Protecting the truth: Peace operations and disinformation (Proteger a verdade: Operações de paz e desinformação)," um estudo de Outubro de 2022, realizado por Monika Benkler, Annika Hansen e Lilian Reichert para o Centro de Operações Internacionais de Paz, com sede em Berlim.

O Conselho de Segurança pediu a Guterres que produzisse uma revisão das comunicações estratégicas em todas as operações de manutenção da paz para "avaliar as capacidades existentes e o impacto nas comunidades locais, identificar lacunas e desafios e propor medidas para resolvê-los," de acordo com um comunicado de imprensa da ONU.

"COMO JORNALISTAS, TEMOS DE FORNECER INFORMAÇÃO COM FONTES VERIFICADAS PARA QUE BENEFICIE A POPULAÇÃO, DE ACORDO COM A NOSSA ÉTICA PROFISSIONAL."

— **Serge Lambas,** director do jornal Etoile

Forças de manutenção da paz senegalesas no Mali garantem a segurança, em Dezembro de 2022, a caminho de Yawakanda, para celebrar a reconstrução de uma ponte pela MINUSMA. HARANDANE DICKO/MINUSMA

Entretanto, as missões tomaram algumas medidas no terreno para ajudar a melhorar o ambiente de informação e combater a desinformação.

Na RCA, o pessoal da Polícia das Nações Unidas (UNPOL) realizou sessões de informação com estudantes civis do ensino secundário em Bangui para explicar o mandato da missão e o trabalho que a UNPOL está a fazer para apoiar a paz no país.

Os jovens viram equipamento da ONU e ouviram os funcionários falarem sobre a missão da MINUSCA. Jean-Pierre Lacroix, o subsecretário-geral da ONU para as Operações de Paz, saudou o esforço no Twitter, dizendo: "Combater a #desinformação e a #falta de informação começa com os jovens."

Este tipo de divulgação pode ser valioso para equipar os civis, especialmente os jovens propensos a utilizar muito as redes sociais, para discernir iniciativas de missão legítimas de rumores e mentiras.

Em Junho de 2021, a MINUSCA convidou editores e líderes da sociedade civil para Bangui para uma sessão sobre o combate à desinformação. A Associação de Bloguistas da África Central, o Consórcio de Jornalistas Contra a Desinformação e a Associação "Fake Check" da África Central estiveram entre os participantes.

Serge Lambas, director do jornal Etoile, exortou os seus colegas jornalistas a respeitarem a ética da sua profissão. "Como jornalistas, devemos fornecer informações com fontes verificadas para que beneficiem a população, de acordo com a nossa ética profissional," disse ele, de acordo com uma reportagem da MINUSCA.

Thibaut Logbama Mokole, secretário-geral de uma associação que representa as vítimas de desinformação, disse: "Depois desta formação, vamos voltar às nossas respectivas bases para mostrar aos nossos membros como usar as redes sociais, especialmente o Facebook, e como evitar a publicação de informações falsas."

O CAMINHO A SEGUIR

À medida que a população africana cresce e se torna proporcionalmente mais jovem, é razoável presumir que o envolvimento nas redes sociais irá aumentar. Com a continuação dos conflitos em locais como a RCA, o Mali e outros, os vazios de informação persistirão. A ONU, os governos nacionais e as organizações da sociedade civil não terão outra opção senão continuar a combater a desinformação e a falta de informação.

As missões de manutenção da paz terão de desenvolver novas formas de combater a desinformação para proteger o seu próprio pessoal, de acordo com o relatório do Centro de Operações Internacionais de Paz. O relatório apresenta quatro áreas a melhorar:

CONSCIÊNCIA SITUACIONAL: As missões devem "mapear a paisagem mediática" e monitorizar as redes sociais, ao mesmo tempo que educam o pessoal no terreno sobre a desinformação. As condições propensas à desinformação, como os períodos que antecedem as eleições, devem ser monitorizadas para detectar vulnerabilidades.

RESPOSTA: Cada missão deve ter uma estratégia de comunicação global que adapte as abordagens aos grupos vulneráveis à desinformação. O pessoal da missão também deve partilhar activamente informações verificadas e fiáveis e "monitorizar os direitos humanos no espaço digital."

RESILIÊNCIA: As missões devem analisar constantemente os pontos fracos e responder conforme necessário, avaliando também regularmente a tecnologia da informação e as comunicações para identificar e monitorizar os sistemas vulneráveis à desinformação. As missões também devem ajudar os governos anfitriões a regular as plataformas online e a proteger os dados. É essencial reforçar as capacidades e os conhecimentos dos jornalistas, dos jovens e dos representantes da sociedade civil.

COOPERAÇÃO: As missões devem trabalhar com os países anfitriões e as empresas das redes sociais para regular adequadamente os conteúdos e trocar informações e boas práticas com outras missões de manutenção da paz. Fornecer formação às nações que contribuem com tropas também ajudaria. ❑

Fonte: "Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making (Desordem Informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas)," 2017, de Claire Wardle, Ph.D., e Hossein Derakhshan

REPENSAR A MANUTENÇÃO DA PAZ

PROTESTOS, VIOLÊNCIA E MANDATOS ALARGADOS LEVAM OS ESPECIALISTAS A PROCURAR FORMAS DE ADAPTAÇÃO

Manifestantes acenderam uma fogueira em frente à sede da MONUSCO, em Goma, República Democrática do Congo.

AFP/GETTY IMAGES

Um soldado da paz da ONU assiste a uma cerimónia em memória de seis colegas que foram mortos em confrontos com milícias na província do Kivu do Norte, na República Democrática do Congo. As missões da ONU em África, muitas vezes, expõem as forças de manutenção da paz a ataques em ambientes de segurança complexos.

AFP/GETTY IMAGES

EQUIPA DA ADF

As missões de manutenção da paz continuam a ser a resposta a muitos dos desafios de segurança mais difíceis do mundo. Mas há um consenso crescente de que, para continuar relevante, a manutenção da paz precisa de adaptar-se.

Em locais como República Democrática do Congo (RDC), Mali e Sudão do Sul, as missões das Nações Unidas prolongam-se há uma década ou mais. Estas grandes missões de estabilização multidimensionais incluem normalmente 10 ou mais países que contribuem com tropas e custam até 1,5 bilhões de dólares por ano.

Em vez de monitorizarem um cessar-fogo como muitas missões fizeram em décadas passadas, as forças de manutenção da paz estão a ser solicitadas para enfrentarem insurreições, milícias ou grupos extremistas. Estes inimigos utilizam tácticas assimétricas para atingir tanto as forças de manutenção da paz como os civis. Os resultados têm sido mistos e a raiva dos civis é palpável.

Em 2022, eclodiram protestos no leste da RDC, quando manifestantes atacaram cinco bases da MONUSCO, da ONU, e incendiaram veículos. Os manifestantes denunciaram a deterioração da segurança apesar dos 12.000 soldados da paz e das missões que duram há mais de 20 anos sob vários nomes.

"Por que não ficar zangado?" questionou um manifestante congolês chamado William Mbokani ao The New Humanitarian. "Tenho 22 anos ... [e] nasci e cresci na guerra, apesar da presença da MONUSCO."

Os apoiantes são rápidos a apontar provas de que a manutenção da paz é eficaz. Uma colecção de 16 estudos revistos por pares divulgados pela ONU concluiu que as forças de manutenção da paz reduzem as baixas civis, encurtam os conflitos e ajudam a manter os acordos de paz. "Se olharmos sistematicamente para todos os registos, na maioria das vezes, a manutenção da paz funciona," disse Lise Howard, autora do livro "The Power in Peacekeeping (O Poder da Manutenção da Paz)."

Mas protestos como os da RDC estão a estimular a introspecção e novas ideias sobre como a manutenção da paz se pode adaptar para satisfazer as exigências urgentes do século XXI.

Menores e Mais Curtas

Tornou-se típico que os mandatos das missões da ONU se expandam para incorporar os esforços de reconstrução de "toda a sociedade." Estes podem incluir tudo, desde o desarmamento e reintegração de rebeldes até à formação

As forças de manutenção da paz observam manifestantes fora da base da MONUSCO, em Goma, na República Democrática do Congo.

AFP/GETTY IMAGES

de agentes da polícia. São, por vezes, chamados "mandatos árvore de Natal," porque os objectivos são acrescentados como se fossem ornamentos.

Num artigo para o Instituto de Estudos de Segurança, os investigadores Paul-Simon Handy e Félicité Djilo defendem que é altura de reduzir o seu âmbito.

"As missões de manutenção da paz são vitais para enfrentar as ameaças à segurança internacional," escreveram. "Mas igualmente importante é repensar a sua forma e formato para garantir a sua eficácia e legitimidade local."

Handy e Djilo defendem que os mandatos devem ser reduzidos a um máximo de três objectivos, sobretudo nos domínios político e da segurança. Apelam também a um limite temporal rigoroso para a presença de uma missão para "evitar a complacência interna" e "garantir uma conduta profissional e ética."

"Longos períodos num país, muitas vezes, criam mais problemas para os soldados de manutençãcao da paz resolverem," escreveram.

A ideia de missões menores e mais específicas está

a ganhar força. A ONU não lança uma grande força de manutenção da paz desde 2014, na República Centro-Africana. Richard Gowan, director do Grupo Internacional de Crise, das Nações Unidas, escreveu que há um interesse crescente em missões de observação menores e "unidimensionais."

"As missões maiores da ONU assumiram uma infinidade de tarefas ... que, muitas vezes, têm dificuldade em implementar," escreveu Gowan para a World Politics Review. "Parece sensato voltar a centrarmo-nos na realização de um conjunto mais limitado, mas realista de objectivos."

Ad Hoc e Adaptativas

Os grupos insurgentes e extremistas não respeitam as fronteiras nacionais. Muitas vezes, actuam em regiões fronteiriças porosas onde podem escapar à captura. No entanto, a maioria das operações de manutenção da paz são mandatadas para operar num único país. A Força Africana em Estado de Alerta também está limitada, porque os países que respondem estão divididos pelas suas Comunidades Económicas Regionais (CER).

O Dr. Cedric de Coning, da África do Sul, é um conselheiro sénior do Centro Africano para a Resolução Construtiva de Litígios (ACCORD). O Dr. Cedric de

Coning acredita que as futuras operações de manutenção da paz serão coligações de países regionalmente próximos com interesse em restaurar a paz num único país ou numa região mais vasta. Ele designa estas coligações "ad hoc" ou "temporárias."

"Muitos dos mecanismos padrão pré-concebidos que criámos funcionam bem no papel, mas não se adaptam às necessidades cristalizadas do momento," de Coning disse à ADF.

Há alguns indícios de uma mudança para este modelo ad hoc. As nações da Comissão da Bacia do Lago Chade formaram a Força-Tarefa Conjunta Multinacional para enfrentar o Boko Haram e outros grupos extremistas que operam num local onde quatro países se encontram. Na Força Conjunta G5 do Sahel, cinco nações juntaram-se para combater o extremismo no Sahel.

De Coning disse que estas missões ad hoc podem ser particularmente eficazes quando as forças podem operar dentro das suas próprias fronteiras ou quando têm autorização para atravessar a fronteira para um país vizinho. Isso elimina alguns problemas de jurisdição, simplifica as regras sobre o uso da força e torna menos provável que as tropas sejam consideradas invasoras.

Outras coligações recentes, como a Força Regional da Comunidade da África Oriental na RDC e a Missão da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral em Moçambique, eram constituídas por grupos de nações regionais motivados para intervir em países com segurança em deterioração.

"Os vizinhos têm interesse na segurança da região, ao contrário de uma operação da ONU que vem e vai e tem países que contribuem com tropas de muito longe," disse de Coning. "Isso funciona bem quando se está a implementar um cessar-fogo, mas quando se trata de lidar com insurgência, queremos pessoas com interesse próprio numa solução."

No futuro, poderá haver um menu de opções e modelos de manutenção da paz que podem ser utilizados consoante o tipo de ameaça. De Coning acredita que existe também uma tendência para a ONU fornecer apoio logístico e financeiro às missões da União Africana ou das CER.

"Veremos vários tipos diferentes de operações a coexistir e pessoas a escolher que operações usar, dependendo do contexto e do que é politicamente viável e logisticamente possível", disse de Coning.

Contributo Local

Uma das queixas predominantes dos residentes da RDC é que as suas vozes não estão a ser ouvidas. Um advogado congolês que está a organizar os protestos criticou a "má comunicação" da missão da ONU e disse que as forças de manutenção da paz não responderam aos alertas do público sobre ameaças iminentes.

A ONU tem mecanismos para a participação de civis, tais como conselhos de protecção local, redes de alerta comunitário e pessoal da missão responsável pela sensibilização da comunidade. Porém, de acordo com Fred Carver, um conselheiro da Associação das Nações Unidas – Reino Unido, eles têm poucos recursos. Para ele, as futuras missões devem considerar a comunidade de acolhimento como seu cliente. Isso significaria que os

Uma rapariga congolesa, na cidade de Kiwanja, acena aos soldados de manutenção da paz que servem na MONUSCO. A insegurança contínua na República Democrática do Congo e a deterioração das relações entre as forças de manutenção da paz e os civis levam a um repensar das estratégias. REUTERS

As forças de manutenção da paz da MONUSCO patrulham áreas da província do Kivu do Norte, na República Democrática do Congo, que foram atacadas por grupos rebeldes.
REUTERS

membros da comunidade podem estabelecer prioridades e objectivos para a ONU.

"A manutenção da paz da ONU pode tornar-se mais liderada a nível local ou continuar a sofrer resistência a nível local," escreveu para a página da internet Pass Blue. "Está na altura de uma grande mudança."

Da mesma forma, Handy e Djilo disseram que as avaliações semestrais das missões devem envolver as partes interessadas dos governos locais e da sociedade civil para garantir "um grau de apropriação local dos mandatos."

A ONU deve dar prioridade à compreensão da forma como é percepcionada pelo país anfitrião e trabalhar para resolver queixas ou mal-entendidos antes que estes se transformem em violência, afirmam.

"A ONU deve desenvolver um conjunto de medidas para avaliar a aceitação local das missões de manutenção da paz," escreveram Handy e Djilo. "Estas medidas podem servir de ferramentas de aviso prévio e de orientação contra campanhas de desinformação direccionadas."

Manutenção da Paz que Apoia a Construção da Paz

Uma das lições da RDC é que uma missão de manutenção da paz deve apoiar um processo de paz. De Coning apontou a criação, em 2013, da Brigada de Intervenção da Força da MONUSCO. Esta força ofensiva, composta por três batalhões, foi mandatada para lançar operações contra grupos rebeldes. E a brigada teve sucesso, derrotando os rebeldes do Movimento M23 numa série de batalhas que levaram à sua rendição em Novembro de 2013.

Mas de Coning disse que o sucesso militar não foi apoiado por um processo político para resolver problemas enraizados no terreno. Perdeu-se o impulso para a paz. Em 2022, o M23 tinha-se reagrupado, regressado e estava novamente a atacar aldeias e a ocupar territórios.

"A lição aprendida é que se pode derrotar um grupo a curto prazo, mas se o problema não for resolvido politicamente, o grupo ou um outro grupo acabará por regressar," disse de Coning.

O comissário acredita que as futuras missões da ONU só devem ser enviadas em apoio a um processo de paz viável. Nos casos em que existem múltiplos actores assimétricos, é melhor construir coligações regionais de forças armadas para intervir e restaurar a paz.

"A minha recomendação à ONU seria que se concentrasse em operações baseadas no consentimento, onde haja um processo de paz em curso," disse de Coning. "E deixar as operações que precisam de uma garantia de segurança, que precisam do uso da força, para as coligações de voluntários ou organizações regionais que tenham esse tipo de capacidade." ❑

SEGUNDO SARGENTO SEAN CARNES/U.S. AIR FORCE

FORMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DA PAZ

EQUIPA DA ADF

Há décadas que o Botswana é um dos países mais pacíficos do continente africano. Porém, a estabilidade e a prosperidade não devem levar as nações à complacência relativamente à segurança no seu país ou nas suas regiões. A Força de Defesa do Botswana (BDF) já tem um contingente a servir na Missão Multinacional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral em Moçambique, onde os extremistas têm mantido uma feroz insurgência armada no norte durante anos. É essencial manter as forças prontas para respostas nacionais e regionais, bem como para tarefas de manutenção da paz. Para esse efeito, a BDF participou no Treinamento Conjunto de Intercâmbio Combinado (JCET) com o Comando de Operações Especiais dos EUA em África, na Base Aérea de Thebephatshwa, no Botswana, em Agosto e Setembro de 2022. O programa JCET ajuda a promover a segurança e a estabilidade. O envolvimento desenvolve e mantém ligações entre os exércitos e melhora a prontidão e a capacidade de trabalhar em conjunto. O evento de Agosto-Setembro foi o segundo evento JCET entre as forças do Botswana e dos EUA, em 2022. O primeiro foi em Março. O treino incluiu reconhecimento, avanço sobre potenciais posições inimigas e análise de pontos de entrada para esses objectivos.

AS DIMENSÕES DO DIÁLOGO

A MAURITÂNIA MOSTRA QUE O DIÁLOGO COM OS EXTREMISTAS PODE DAR RESULTADOS, MAS O PROCESSO ESTÁ REPLETO DE DESAFIOS

EQUIPA DA ADF | FOTOS DE AFP/GETTY IMAGES

ILUSTRAÇÃO DA ADF

AO amanhecer do dia 4 de Junho de 2005, algumas dezenas de soldados mauritanos começaram a preparar-se para as suas tarefas num posto remoto perto das fronteiras da Argélia e do Mali.

A zona, conhecida como El Hank, situa-se numa das bolsas mais áridas do Sahara e é conhecida pelas idas e vindas de bandidos e traficantes. É um exemplo perfeito de um dos muitos espaços não governados de África: longe da capital da Mauritânia, Nouakchott, e longe dos grandes centros populacionais dos países vizinhos.

Mais de 150 extremistas alinhados ao Grupo Salafista para a Pregação e o Combate invadiram o posto avançado de El Hank, matando pelo menos 15 soldados e ferindo outros 17 antes de fugirem, segundo a Radio France Internationale. Nove terroristas morreram nos combates. Os restantes roubaram seis veículos todo-o-terreno e armas pesadas.

O ataque, anos antes de o Sahel se tornar sinónimo de violência extremista, faz parte de uma série de 11 incidentes ocorridos entre 2005 e 2011. Na Primavera de 2005, as autoridades mauritanas desmantelaram uma célula extremista. O atentado de El Hank ocorreu alguns meses mais tarde.

Espectadores aplaudem em Nouakchott uma parada militar durante o 60.º aniversário da independência da Mauritânia, em Novembro de 2020.

Houve nove outros incidentes entre 2007 e 2011, informou o Instituto de Estudos de Segurança (ISS) em Dezembro de 2019.

Então, o que mudou desde 2011? Como é que a Mauritânia escapou durante tanto tempo ao destino de tantos dos seus vizinhos regionais?

Homens das tribos conduzem uma caravana de Tichitt a Aratane. A Mauritânia tem uma longa história de cultura nómada no seu vasto deserto.

Em primeiro lugar, a Mauritânia iniciou uma campanha para actualizar e proporcionar selectivamente equipamento militar, melhorar as infra-estruturas e aumentar a formação e o salário dos soldados. O seu orçamento militar nacional quadruplicou para 160 milhões de dólares entre 2008 e 2018, de acordo com um relatório do Centro de Estudos Estratégicos de África de 2020, elaborado por Anouar Boukhars, professor de contra-terrorismo e combate ao extremismo violento.

Depois, o governo reforçou o seu empenho em regiões distantes, criando pequenas comunidades para concentrar os residentes rurais dispersos. Esta iniciativa criou "posições defensáveis" perto da fronteira com o Mali, melhorando ao mesmo tempo as condições de vida e preservando a cultura nómada, escreveu Boukhars.

A Mauritânia também optou por encetar diálogos com elementos extremistas, uma acção que justificou como "defensiva e necessária."

"Alguns observadores afirmam que um dos ingredientes do sucesso da Mauritânia em matéria de segurança pode ser a abertura de canais de comunicação e de contacto com grupos armados e traficantes," escreveu Boukhars. "Outros argumentam que isso é míope e prejudica os esforços regionais para combater os grupos extremistas violentos transnacionais."

As condições e o contexto diferem ao se abrir diálogos para promover a paz. O que funciona num lugar, como a Mauritânia, pode não ser bem-sucedido noutro lugar. Os potenciais compromissos têm frequentemente de ser ponderados em função do bem maior de uma nação e do seu povo.

O PODER DO DIÁLOGO

No meio de um período de anos de ataques extremistas, as autoridades mauritanas decidiram abordar as causas da radicalização religiosa, de acordo com um relatório de Abril de 2022 elaborado para o ISS pelo investigador sénior Hassane Koné e Ornella Moderan, chefe do Programa Sahel do gabinete do instituto na África Ocidental.

O processo começou com as autoridades a falarem com 70 prisioneiros para saber por que razão se tinham radicalizado e para os reintegrar na sociedade civil. Em Janeiro de 2010, a Mauritânia encomendou uma série de debates a dignitários religiosos que ajudaram os participantes a chegar a acordo sobre "o ideal não violento da jihad." Como resultado, dois terços dos prisioneiros concordaram em renunciar ao extremismo e desarmar-se. Em troca, obtiveram indultos ou reduções de pena e ajuda financeira para a reintegração.

O diálogo procurou também impedir que a violenta ideologia islâmica salafista continuasse a propagar-se. A abordagem da Mauritânia destacou a "tradição de tolerância" do Islão, como Koné escreveu num relatório do ISS de 2019.

Alguns dos clérigos islâmicos envolvidos nos diálogos tinham sido eles próprios presos, de acordo com um documento de 2019 de Frederic Wehrey para o Fundo Carnegie para a Paz Internacional. Foi dito aos prisioneiros que podiam apelar à Sharia na Mauritânia, desde que o fizessem pacificamente, e que os convidados não muçulmanos na Mauritânia deviam ser considerados "pessoas protegidas," de acordo com as escrituras islâmicas.

O governo também fez um recenseamento das

Soldados mauritanos esperam em camionetas num posto avançado do G5 do Sahel, no sudeste, ao longo da fronteira com o Mali. As actualizações militares entre 2008 e 2018 incluíram carrinhas e outros equipamentos.

madraças (escolas corânicas) para que pudessem ser controladas e depois recrutou centenas desses estudantes e ofereceu-lhes formação profissional e trabalho no sector público para evitar expô-los à propaganda extremista, escreveu Koné.

Koné e Moderan são rápidos a acrescentar, no entanto, que a experiência da Mauritânia não funcionará automaticamente para os seus vizinhos do Sahel, a leste.

Países como o Burquina Faso, o Mali e, em menor escala, o Níger são afectados por uma gama maior e mais diversificada de insurgentes e extremistas. "Para que funcione nesses países, o diálogo terá de se estender aos líderes, combatentes activos e indivíduos associados a grupos extremistas violentos — tanto homens como mulheres," escreveram Koné e Moderan.

A ideologia também não é o único factor de participação dos extremistas.

"Muitos aderem para se protegerem a si próprios, as suas famílias ou os seus meios de subsistência ou para retaliarem contra os abusos cometidos pelas forças armadas nacionais," escreveram Koné e Moderan. "Estes motivos reflectem, muitas vezes, frustrações sobre a injustiça social, a falta de oportunidades e o fraco acesso a serviços básicos como a água, a educação e a saúde. Estes problemas são agravados por graves défices nos serviços de segurança do Estado e nos sistemas de justiça."

Por estas razões, a ideologia terá de fazer parte de uma estratégia mais vasta que aborde outros factores de extremismo, tais como razões económicas, de segurança, sociais e políticas, escreveram. Além disso, os combatentes de base podem ter razões diferentes das dos decisores e dos líderes para permanecer em grupos extremistas.

OS PERIGOS DOS COMPROMISSOS

A ideia de discutir as diferenças e negociar parece positiva à primeira vista, mas as potenciais armadilhas são numerosas, especialmente quando se lida com organizações extremistas violentas. Ao considerar o diálogo, colocam-se muitas questões vitais. O cientista político Alex Thurston enumera várias no seu artigo de Agosto de 2022 para o The New Humanitarian, "Peace talks with Sahelian jihadists? It's worth a shot" (Conversações de paz com jihadistas do Sahel? Vale a pena tentar):

- Será que se pode confiar nos extremistas para se envolverem por razões que não sejam meros ganhos tácticos?
- Estariam dispostos a renunciar a laços com organizações terroristas globais, como o grupo Estado Islâmico e a al-Qaeda?
- A pressão internacional condicionaria o potencial êxito do diálogo?
- E, finalmente, o que é que as populações locais que enfrentam o perigo iminente querem realmente?

A ideia também está repleta de outros problemas. Os governos, as organizações não-governamentais e outros actores sublinham frequentemente a importância do contributo dos civis na construção da paz, escreveu Thurston. Mas os civis que vivem em enclaves assolados pela ameaça constante de violência podem estar dispostos a aceitar condições que são desagradáveis para os actores nacionais e internacionais.

"E se alguns 'residentes locais' estiverem dispostos a comprometer os valores liberais, como o secularismo, a igualdade de género ou o acesso universal à educação, para salvar vidas?" Thurston escreveu. "Será que as vozes locais só devem ser elevadas quando servem objectivos liberais de construção da paz?"

Forças antiterroristas mauritanas participam num desfile do Dia da Independência. O país não sofre ataques terroristas desde Dezembro de 2011.

Por vezes, nos últimos anos, os líderes do Sahel consideraram a possibilidade de dialogar com os extremistas. Os antigos primeiros-ministros Christopher Dabiré e Moctar Ouane, do Burquina Faso e do Mali, respectivamente, consideraram a hipótese, escreveram Koné e Moderan.

Em Fevereiro de 2022, o Presidente do Níger, Mohamed Bazoum, anunciou que tinha libertado vários terroristas na esperança de iniciar conversações com os líderes extremistas que operam na região de Tillabéri, que faz fronteira com Benin, Burquina Faso e Mali, segundo a revista Jeune Afrique.

Thurston, num relatório de Outubro de 2018 para os Documentos da África Ocidental, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, avisou que fazer acordos com extremistas num país pode empurrá-los para países vizinhos. Tais acordos alcançados na Argélia e na Mauritânia pioraram as condições no Mali, argumentou.

O envolvimento do Estado também é crucial, escreveu Thurston, porque a sociedade civil — embora seja um participante importante em qualquer esforço deste género — terá dificuldade em dar "concessões ou aliciamentos significativos" sem o apoio do governo. ❑

ILUSTRAÇÃO DA ADF

MOROCCOS LOGRA SUCESSOS NA REABILITAÇÃO DE PRISIONEIROS

O Programa Moussalaha de Três Etapas Ajuda os Extremistas a Repensarem os Seus Pontos de Vista e a Reintegrarem-se na Sociedade

EQUIPA DA ADF | FOTOS DE AFP/GETTY IMAGES

Marrocos é um lugar improvável para a reabilitação de extremistas presos. O Índice Global de Terrorismo de 2022 classifica Marrocos em 76.º lugar entre os países afectados por ameaças terroristas, tornando-o um dos países mais seguros de África.

Um ataque terrorista em Casablanca, em 2003, no qual 45 pessoas foram mortas, galvanizou o país contra os extremistas. Após o ataque, que consistiu em cinco atentados bombistas quase simultâneos, o país reforçou as suas fronteiras e acrescentou novas leis ao seu quadro jurídico antiterrorista, incluindo o alargamento da definição de terrorismo para incluir o incitamento.

O índice de terrorismo de 2022 observou que "apesar de mais de 1.000 cidadãos marroquinos se terem juntado ao Estado Islâmico e a outros grupos terroristas em zonas de guerra, o país desmantelou mais de 200 células terroristas e fez mais de 3.500 detenções relacionadas com o terrorismo nas últimas duas décadas, evitando assim possivelmente mais de 300 acções terroristas planeadas."

Desde os atentados de Casablanca, o Marrocos tem trabalhado para combater os grupos radicais. O Fundo Carnegie para a Paz Internacional informou que, entre 2002 e 2018, as autoridades prenderam mais de 3.000 alegados extremistas, com 186 células terroristas desmanteladas, incluindo 65 células ligadas ao grupo Estado Islâmico.

Apesar da actual segurança do país, este implementou um programa que compreende três partes para reabilitar os extremistas presos. O programa chama-se "Moussalaha," que significa reconciliação em árabe. O programa oferece aos extremistas presos ajuda mental e social para os reabilitar e os reintegrar na sociedade, incluindo a procura de emprego e a criação de agregados familiares.

Um guarda prisional transporta chaves e algemas em Kenitra, Marrocos.

O programa foi lançado em 2017 e é liderado pela Direcção de Administração Penitenciária e pelo Serviço de Reinserção de Marrocos, com várias organizações parceiras, incluindo a Liga dos Académicos de Mohammedia e o Conselho Nacional dos Direitos

Um homem preso em Marrocos há 19 anos senta-se numa biblioteca da prisão, onde está a participar no programa nacional de reabilitação Moussalaha.

Humanos. Desde então, o programa começou a permitir a participação de mulheres.

O especialista em antiterrorismo, Ido Levy, foi citado no Morocco World News como tendo elogiado a "abordagem científica" do país para combater o terrorismo e o extremismo através da reeducação religiosa, sessões de formação profissional e o que alguns especialistas associados ao programa descrevem como "imunização espiritual" para a segurança.

O objectivo é fazer com que os prisioneiros extremistas comecem a questionar as suas próprias crenças. O programa de três meses baseia-se em três pilares principais: reconciliação consigo próprio, com o texto religioso e com a sociedade.

À ESQUERDA: Um guarda tranca o portão de uma prisão em Kenitra, Marrocos, onde os reclusos podem participar no programa de reabilitação Moussalaha.

De acordo com alguns participantes, os três pilares significam "renunciar à violência, aceitar interpretações pluralistas dos textos religiosos e reconhecer a legitimidade do regime," informou o Instituto Carnegie. "O aparente sucesso da primeira coorte em Julho de 2017 — vários participantes viram as suas penas de prisão encurtadas ou até receberam um perdão real — encorajou dezenas de antigos jihadistas a juntarem-se a esta iniciativa na esperança de saírem da prisão."

DETIDO APÓS ATENTADO DE 2003

A história de Mohamed Damir, um antigo extremista marroquino de 49 anos e pai de três filhos, ilustra a forma como o programa se destina a funcionar, de acordo com uma reportagem do The Africa Report.

Após o atentado de Casablanca, em 2003, Damir foi preso por associação a grupos extremistas. Foi condenado à morte, apesar de não ter participado no atentado. Tinha 26 anos na altura. A sua pena de morte foi posteriormente comutada para 30 anos de prisão.

O que chamou a atenção sobre Damir foi o seu hábito de visitar grupos desarmados e mesquitas onde extremistas faziam discursos inflamados. Actualmente, atribui a culpa da sua radicalização à "falta de maturidade aliada à falta de formação científica e cultural."

"Os seus primeiros anos na prisão reforçaram a sua radicalização; continuou a aprender passagens do Corão de cor, sem tentar contextualizá-las ou interpretá-las," escreveram os autores. "Depois veio a solidão e a dúvida. Sozinho consigo mesmo, Damir começou a questionar os dogmas que tinha memorizado mecanicamente e tomou medidas para estudar à distância."

Começou a mudar a sua vida, estudando direito internacional, mas como estava preso, não podia frequentar as aulas. No entanto, tornou-se um estudante empenhado e passou a estudar sociologia, psicologia e teologia. Ele disse ao The Africa Report que leu mais de 1.500 livros em três línguas durante o tempo que passou na prisão.

GRUPOS ELABORAM DIRECTRIZES PARA

DESRADICALIZAÇÃO

Um fórum de dois dias, realizado em 2010, produziu um guia de "boas práticas" para os países utilizarem na elaboração de programas de desradicalização de antigos extremistas.

As directrizes resultam do trabalho do Instituto Internacional da Paz, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega e do Fórum do Pensamento Árabe. O guia "A New Approach? Deradicalization Programs and Counterterrorism (Uma Nova Abordagem? Programas de Desradicalização e de Combate ao Terrorismo)," baseou-se em programas de oito países de maioria muçulmana. As directrizes incluem:

- **Não considerar a desradicalização como uma panaceia.** Embora os programas militares e outros programas "duros" de combate ao terrorismo não sejam uma resposta por si só, os programas de desradicalização também não o são. A desradicalização é, muitas vezes, descrita como apenas uma parte de uma abordagem holística de combate ao terrorismo; terá apenas um sucesso limitado se for utilizada isoladamente.
- **Prestar atenção ao contexto.** O que é adequado e bem-sucedido num contexto pode não ser adequado noutro. O período de tempo também pode ser significativo: os projectos de desradicalização que falham ou são rejeitados em algumas circunstâncias podem ser adoptados com sucesso noutros tempos e lugares.
- **Incorporar nos programas melhores cuidados posteriores.** Os programas mais bem-sucedidos incluem acompanhamento ou monitorização. Isso inclui contactos frequentes com os tutores do programa e lembretes diários por mensagem de texto para não voltar aos hábitos radicais, bem como aconselhamento e apoio.
- **Melhorar o controlo dos potenciais beneficiários.** A reincidência é um problema persistente mesmo para criminosos não envolvidos no terrorismo. Uma melhor avaliação dos potenciais beneficiários e melhores cuidados posteriores ajudam a reduzir as taxas de reincidência.
- **Conceber e melhorar as formas de medir o sucesso.** Um problema recorrente da desradicalização do terrorismo é medir e quantificar os êxitos e os fracassos dos programas. É difícil comparar programas, mas é importante compreender as razões do sucesso e do fracasso.
- **Personalizar a abordagem.** É importante adaptar a política prisional à situação corrente para avaliar se os reclusos devem ser isolados ou autorizados a misturar-se uns com os outros e com os dirigentes. Este facto reforça o argumento de que os potenciais beneficiários da desradicalização devem ser examinados caso a caso.
- **Envolver as comunidades afectadas pela radicalização.** Se a comunidade não aceitar que os indivíduos desradicalizados já não são uma ameaça, os programas falharão e não terão credibilidade. Da mesma forma, pessoas desradicalizadas com sucesso podem ser usadas em programas com grande efeito.
- **Utilizar os incentivos com cuidado.** Muitos programas de desradicalização beneficiam do facto de aliciarem as pessoas a abandonarem o terrorismo através de incentivos que podem ajudar a estabilizar as suas vidas. Estes incentivos podem ser financeiros e medidas como a redução da pena de prisão. Mas os incentivos podem falhar quando as sociedades os vêem como formas de "recompensar" os criminosos.

Tornou-se candidato ao programa Moussalaha, que consistia num extenso currículo de reabilitação económica e social. Foi-lhe igualmente atribuído um projecto individual personalizado para se tornar independente e aprender a gerir uma casa.

Após a conclusão do programa, foi liberto da prisão depois de ter cumprido 15 anos. Como condição para a sua libertação, concordou em fazer aconselhamento pessoal. Ele disse que, tal como quase todos os reclusos libertos no programa, encontrou "um caminho para a paz."

"Este é um sucesso inegável, distante das controvérsias levantadas na Europa pelos programas de desradicalização," disse ele, de acordo com o artigo do The Africa Report.

FORMAÇÃO DE IMAMES

Parte do mérito do sucesso do programa deve-se ao rei marroquino Mohammed VI, que tem autoridade especial no seu país como "Comandante dos Fiéis," no desenvolvimento de diálogos para lidar com os extremistas.

Juntamente com os seus parceiros da África Ocidental e do Sahel, o rei criou o currículo Moussalaha para a formação de imames no Instituto Mohammed VI. O instituto é invulgar como centro de ensino muçulmano pelo facto de aceitar mulheres como alunas.

O jornal Maghreb Arab Press informou que a criação de um programa deste tipo para terroristas condenados "tem um forte impacto social, testemunhando o interesse particular que o Rei dá ao futuro dos cidadãos encarcerados."

O programa, sublinha o jornal, ilustra a "firme determinação do Rei em assegurar aos condenados, sem qualquer discriminação ou excepção, uma adequada integração sócio-profissional após a sua libertação."

O director geral da administração penitenciária e da reintegração, Mohamed Salah Tamek, declarou ao Morocco World News que o programa se baseia "nos preceitos autênticos do Islão, como religião da moderação, do meio-termo, da abertura e da tolerância."

"Este é um programa único a nível global, especialmente porque tem sido elogiado por muitos parceiros regionais e internacionais," disse Tamek.

Damir disse ao Arab Weekly que a

Cidadãos protestam contra os bombardeamentos terroristas em Casablanca, Marrocos, em 2003. Os atentados levaram a uma reacção nacional esmagadora contra o extremismo.

sua reeducação incluiu a leitura das obras dos filósofos Jean-Jacques Rousseau e Voltaire, algumas das quais "não estão longe do espírito do Islão." Ele observou que muitos extremistas só se apercebem de que devem abandonar as suas opiniões violentas "quando se encontram sozinhos" numa cela de prisão.

À PROCURA DE EMPREGO

Um ex-prisioneiro chamado Abdellah El Youssoufi, que está agora na casa dos 30 anos, saiu do Marrocos para a Tunísia em 2011 à procura de emprego, de acordo com o The Africa Report.

Na Tunísia, foi influenciado pela pregação de muçulmanos fundamentalistas, que, segundo ele, não eram incomodados pelas autoridades locais. Segundo ele, os fundamentalistas ofereceram-lhe um emprego e encorajaram-no a falar. Tornou-se um crítico declarado do seu país natal, culpando-o pela sua pobreza e pela sua falta de perspectivas profissionais.

Um vídeo com uma das suas críticas chegou ao conhecimento das autoridades marroquinas, que contactaram os seus homólogos tunisinos. El Youssoufi diz que foi detido e interrogado na Tunísia durante 10 dias antes de ser enviado de volta para Marrocos, onde foi condenado a três anos de prisão, em 2014.

O seu encarceramento, disse aos jornalistas, obrigou-o a rever a sua vida e a reflectir sobre o que tinha aprendido durante os seus anos no movimento extremista. Viu "os limites das respostas dadas por estes movimentos aos problemas políticos e sociais dos nossos países, bem como as suas contradições com o Islão e a mensagem do nosso Profeta."

El Youssoufi participou no programa Moussalaha e, tal como Damir, descreveu-o como um processo de maturação.

"O Moussalaha foi uma chance e uma oportunidade de ouro para eu começar uma nova vida, de forma saudável e equilibrada," disse ele. "Mas foi precedido de um longo trabalho de autoquestionamento, um esforço pessoal para virar a página deste período que é, para mim, um fracasso a todos os níveis."

A sua história também tem um final feliz: agora tem uma licenciatura em informática. ❑

Uma Década de SEGURANÇA MARÍTIMA

O Código de Conduta de Yaoundé Teve Êxitos e Pode Crescer

CAPITÃO TAHIR NGADA, MARINHA NIGERIANA

MARINHA DOS EUA

Um marinheiro e um membro da Unidade Especial da Polícia Marítima e Fluvial do Benin recebem formação em matéria de aplicação do direito marítimo.

SUBOFICIAL DE 3.ª CLASSE MIKAELA MCGEE/GUARDA COSTEIRA DOS EUA

A importância do Golfo da Guiné para África e para o mundo em geral não pode ser sobrestimada. Com 6.000 quilómetros de costa que tocam 19 Estados litorais, do Senegal a Angola, o golfo é rico em recursos naturais e estrategicamente importante.

É um corredor vital para o comércio, onde o volume de transporte marítimo aumentou em 59%, entre 2006 e 2020, de acordo com as estatísticas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Também possui recursos energéticos, produzindo 3,1 milhões de barris de petróleo bruto por dia, ou seja, cerca de 3,8% do total mundial. É rica em vida aquática, com pescas que produziram cerca de 3,4 milhões de toneladas métricas de marisco em 2020, um aumento de quase 10% em relação a 2013.

Apesar disso, a região enfrenta ameaças que podem minar o seu potencial. O tráfico ilícito, a pesca ilegal e a pirataria têm assolado certas zonas. E, historicamente, os países têm-se esforçado por partilhar informações, trocar conhecimentos e cooperar em todo o domínio marítimo. Os maus actores procuraram pontos fracos e exploraram-nos.

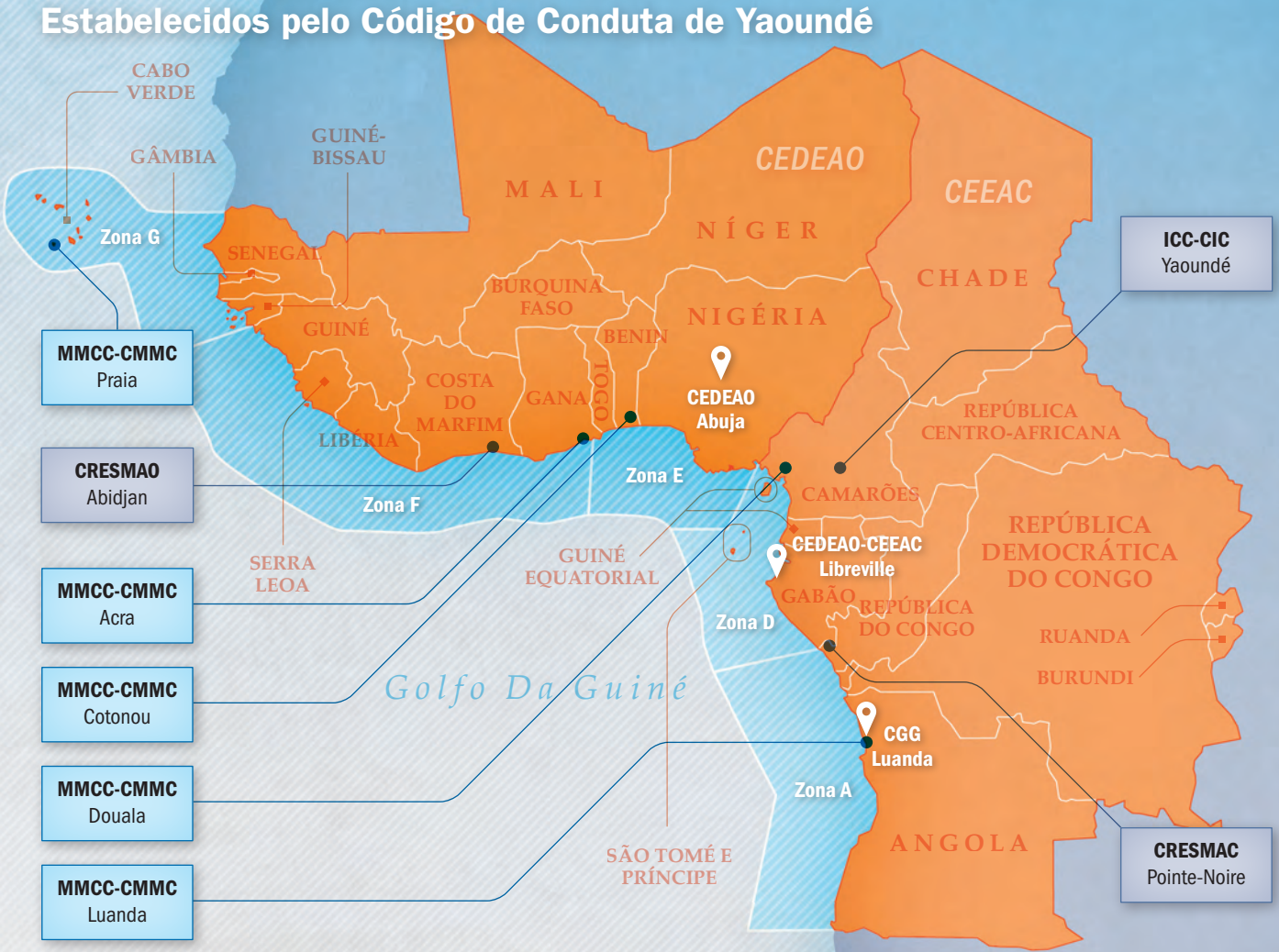
Em Junho de 2013, os países da região tentaram rectificar esta situação com o Código de Conduta de Yaoundé, uma resposta abrangente à necessidade de abordagens unificadas para combater os desafios da segurança marítima e o crime organizado transnacional no golfo. O código, que consiste em 21 artigos e foi assinado por 25 nações, estabeleceu uma arquitectura para a colaboração multinacional, regional e extra-regional na governação marítima. No momento em que o Código de Yaoundé comemora o seu 10.º aniversário, é a altura ideal para destacar algumas realizações notáveis e potenciais áreas de acção que podem melhorar a cooperação e ajudar o código a cumprir a sua grande promessa.

Reforma Jurídica

Os signatários de Yaoundé reconheceram que as leis marítimas estavam, muitas vezes, desactualizadas e eram inadequadas para fazer face à evolução das ameaças. A Arquitectura de Yaoundé destinava-se a apoiar os países na implementação de reformas jurídicas. Por exemplo, o Programa Global contra o Crime Marítimo, do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), tem trabalhado com as nações para examinar as leis, identificar as actualizações necessárias e apoiar as mudanças que permitem o "acabamento legal," uma expressão que se refere à passagem dos casos desde a detenção até ao sistema judicial para uma acusação bem-sucedida.

Cabo Verde, Libéria, Nigéria, Senegal e Togo têm agora leis marítimas para processar a pirataria, um crime que, muitas vezes, fica impune devido à inexistência de leis. Novas leis foram usadas para processar piratas na Nigéria e no Togo. Outros países, como o Benim, a Costa do Marfim e o Gana, estão a adoptar reformas. Em Dezembro de 2022, os Camarões assinaram a sua lei de segurança marítima, que visa a pirataria e o terrorismo marítimo. Outros países, como Angola, a República do Congo, a República Democrática do Congo e o Gabão, estão a tentar melhorar as reformas do direito marítimo. Outra reforma importante é o Acto Suplementar da Comunidade

Centros Zonais, Regionais e Internacionais Estabelecidos pelo Código de Conduta de Yaoundé



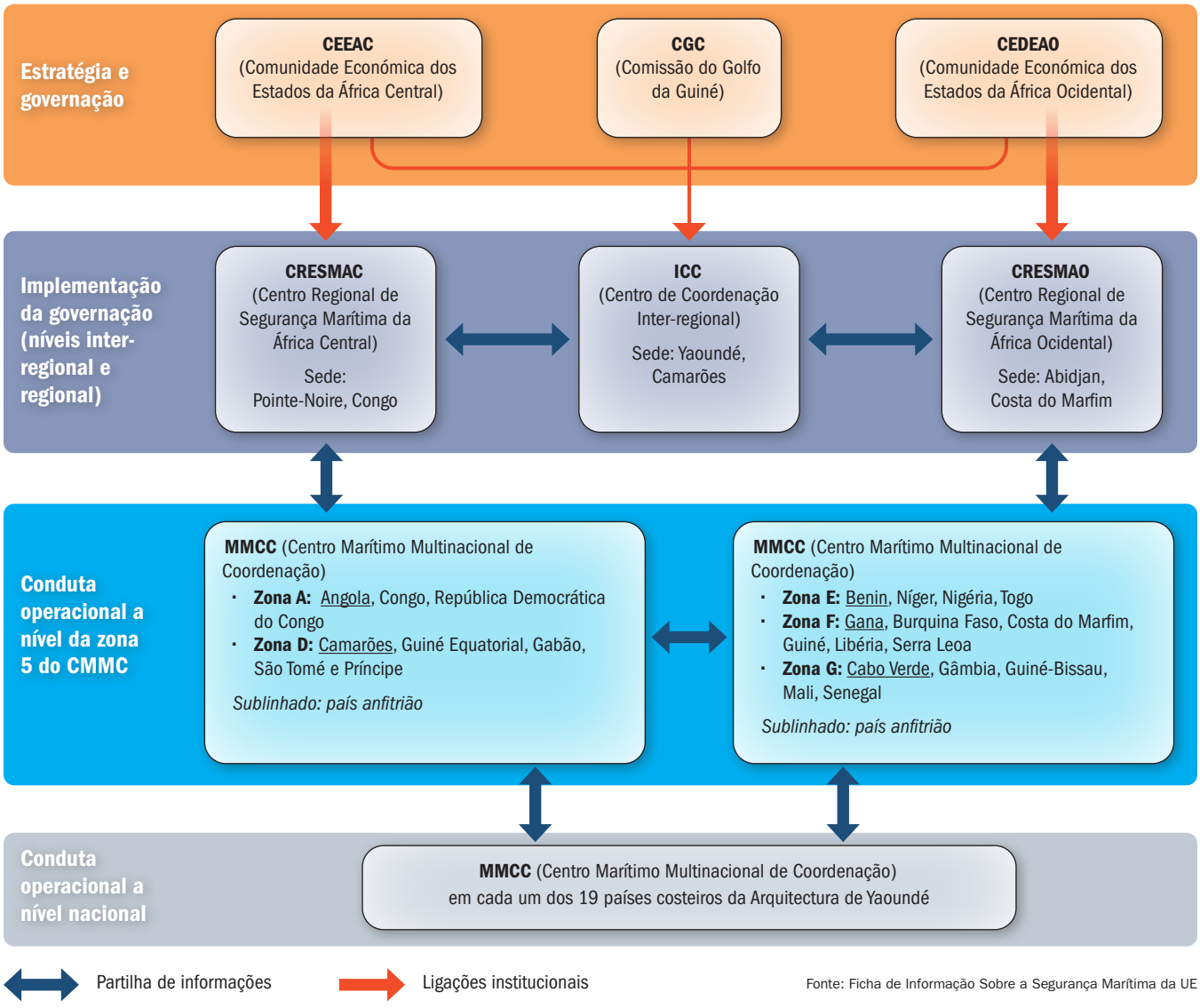
CMMC: Centro Marítimo Multinacional de Coordenação
MMCC: Centro Marítimo Multinacional de Coordenação

Fonte: Ficha de Informação Sobre a Segurança Marítima da UE

ILUSTRAÇÃO DA ADF

Marinheiros dos EUA e da Guiné-Bissau monitorizam o tráfego marítimo no Centro de Operações Marítimas da Guiné-Bissau. MARINHA DOS EUA

Arquitectura de Yaoundé para a Segurança Marítima



Fonte: Ficha de Informação Sobre a Segurança Marítima da UE

Económica dos Estados da África Ocidental para a transferência de suspeitos de pirataria, que facilitará as operações multinacionais de segurança marítima.

Intercâmbio de Informações

Antes de 2013, as lacunas na partilha de informações entre os profissionais da aplicação do direito marítimo constituíam um problema fundamental. Os países tinham uma visão limitada do domínio marítimo e, muitas vezes, não tinham conhecimento das actividades fora das suas zonas económicas exclusivas. As condições melhoraram consideravelmente, permitindo aos Estados-membros trocar informações. Isto é apoiado pela Arquitectura de Yaoundé, que permite que a informação flua dos centros de coordenação zonal em cada uma das cinco zonas de cooperação até aos centros regionais (o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Central de Pointe-Noire, República do Congo, e o Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental em Abidjan, Costa do Marfim, e depois para o Centro de Coordenação Inter-regional de Yaoundé. Os centros de operações marítimas nacionais individuais também estão ligados ao sistema.

O Sistema de Informação Regional da Arquitectura de Yaoundé (YARIS), uma ferramenta de monitorização digital segura, desenvolvida através de parcerias com a Rede Inter-regional do Golfo da Guiné, da União Europeia, reforçou a capacidade de troca de informações sem descontinuidades. Tornou-se operacional em 2020. O YARIS permite aos membros partilhar de forma segura documentação, registos, fotografias, gravações e outras informações. Também permite aos utilizadores agregar dados de sistemas de vigilância, como radares e satélites, para identificar embarcações suspeitas. Além disso, o sistema oferece comunicação segura através de chat, correio electrónico e videoconferência para que os utilizadores possam trocar informações e coordenar acções.

Reforço das Capacidades

A Arquitectura de Yaoundé apela ao desenvolvimento e melhoria das competências, conhecimentos e capacidades dos profissionais da aplicação do direito marítimo. Os centros de excelência aceleraram a formação e o ensino e apoiaram os exercícios, ministrando cursos adaptados às necessidades identificadas. Em 2022, por exemplo, a Organização de Formação da Arquitectura de Yaoundé ministrou mais de 520 dias cumulativos de pacotes de reforço de capacidades em todo o golfo, abrangendo tópicos como o conhecimento do domínio marítimo (25% dos dias de formação), a governação marítima (12%), a aplicação do direito marítimo (35%) e as operações de interdição marítima (28%). O empenho crescente nas iniciativas de reforço das capacidades está a transformar as atitudes e o desempenho profissional dos beneficiários. Numa tentativa de aprofundar a coordenação do reforço das capacidades, o UNODC está a apoiar o Centro de Coordenação Inter-Regional com um sistema integrado de gestão de bases de dados. O objectivo é garantir a disponibilidade, acessibilidade, exactidão, coerência e clareza dos dados.

Operações Combinadas

As operações combinadas no mar, outrora pouco frequentes, têm vindo a aumentar com o apoio dos centros da Arquitectura de Yaoundé. Por exemplo, utilizando os instrumentos da arquitectura, foram realizadas patrulhas combinadas na Zona E no final de 2021. Os Camarões, São Tomé e Príncipe, a Guiné Equatorial e o Gabão realizaram outras patrulhas de vigilância na Zona D. Outro modelo de operação combinada é a patrulha de pesca com a comissão sub-regional de pesca de Cabo Verde, Gâmbia, Guiné e Senegal, que é realizada semestralmente. A interoperabilidade está a melhorar com a ajuda de exercícios multinacionais como o Obangame Express e o Grand African NEMO, juntamente com eventos regionais como a Conferência Marítima Internacional e o Exercício Marítimo Regional, que foi organizado pela Nigéria em 2022.

Potenciais Áreas de Acção

A Arquitectura de Yaoundé não só estimulou debates importantes sobre a melhoria da protecção do transporte marítimo, como também proporcionou plataformas de acção. No entanto, alguns domínios requerem atenção para reforçar a cooperação à medida que o código entra na sua próxima década.

Domesticação do Código de Conduta de Yaoundé: a Arquitectura de Yaoundé pode ser adoptada pelos Estados-membros para que os seus requisitos sejam integrados nos quadros nacionais de aplicação do direito marítimo. Esta integração aprofundaria a harmonização das estratégias marítimas, reforçaria a interoperabilidade regional e reforçaria as respostas.

Reforçar a capacidade institucional: muito tem sido feito para reforçar a capacidade institucional da aplicação do direito marítimo. No entanto, as metodologias

Um marinheiro nigeriano a bordo de uma embarcação durante o Obangame Express, um exercício marítimo que envolveu 33 países ao largo da costa de Lagos, na Nigéria. AFP/GETTY IMAGES

Oficiais da marinha controlam navios no Centro de Operações Marítimas de Lagos, Nigéria, durante o Obangame Express 2023.

SUBOFICIAL DE 1ª CLASSE CAMERON C. EDY/MARINHA DOS EUA

e as ferramentas devem ser melhoradas para ajudar os Estados-membros nos seus esforços para garantir a protecção do transporte marítimo.

Criminalizar todos os crimes marítimos: apesar dos progressos registados na criminalização de algumas infracções marítimas, como a pirataria, há ainda muito trabalho a fazer para reforçar o estabelecimento da jurisdição universal, através da codificação interna das leis relativas à pirataria, a fim de processar e punir o crime em todo o golfo. Do mesmo modo, é necessário criminalizar acções como o assalto à mão armada no mar, ao abrigo da legislação penal nacional, em conformidade com o quadro jurídico da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e outros estatutos internacionais relevantes. Outros crimes marítimos e transnacionais organizados devem ser definidos na legislação pertinente, com sanções adequadas. O objectivo é garantir que haja uma ligação "de ponta a ponta" entre as operações de interdição marítima e a acção penal.

Formalização dos acordos de embarque: o artigo 9.º do Código de Conduta de Yaoundé permite a presença de agentes da autoridade marítima de um país a bordo de um navio de outro país. Esta abordagem coordenada permite que os países efectuem conjuntamente a aplicação do direito marítimo, o que é útil quando alguns países têm capacidades limitadas. O desenvolvimento de acordos de embarque entre parceiros consolidaria ainda mais as relações de trabalho entre os países, com o objectivo de melhorar a colaboração multilateral crítica.

Dotação de recursos para os centros da Arquitectura de Yaoundé: a plena utilização dos centros da Arquitectura de Yaoundé continua por atingir, nomeadamente em termos de recursos humanos e materiais. Para optimizar eficazmente a estrutura de Yaoundé, é necessário articular bem os recursos para aumentar a capacidade operacional dos centros e, ao mesmo tempo, solidificar a cooperação multilateral para uma governação marítima sustentável no golfo.

O Caminho a Seguir

A cooperação multilateral é um instrumento potente para atingir os objectivos da governação marítima do golfo. Há provas de que é eficaz. A pirataria no golfo está a diminuir, com 81 incidentes registados em 2020 e apenas 34 incidentes em 2021. Nos primeiros nove meses de 2022, registaram-se apenas 13 incidentes comunicados, de acordo com o Organized Crime and Corruption Reporting Project. A próxima década do Código de Conduta de Yaoundé deve alargar os resultados alcançados, prestando simultaneamente especial atenção às questões estruturais subjacentes que impedem o sucesso. O golfo é um recurso precioso. As parcerias e a vigilância tornadas possíveis pelo Código de Conduta de Yaoundé e pela arquitectura de segurança por ele criada podem garantir que este recurso se mantenha para benefício das gerações vindouras. ❑

Sobre o Autor: O Capitão Tahir Ngada é um oficial marinheiro no ramo executivo da Marinha Nigeriana. Trabalha como consultor de formação do Programa Global contra a Criminalidade Marítima, do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, e está colocado no Centro de Coordenação Inter-Regional de Yaoundé. Ngada possui uma licenciatura em Química, pela Academia de Defesa da Nigéria, um diploma em segurança nacional, pela Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos e um mestrado em relações internacionais, pela Universidade Salve Regina em Newport, Rhode Island. Ngada tem também um mestrado em combate ao crime organizado e ao terrorismo, pela University College London.

Mulheres DESEMPENHAM UM PAPEL FUNDAMENTAL NO COMBATE AO EXTREMISMO

A EXPERIÊNCIA DOS CAMARÕES NA REABILITAÇÃO DE ANTIGOS COMBATENTES MOSTRA QUE AS VOZES DAS MULHERES AJUDAM NO PROCESSO DE DESERADICALIZAÇÃO

EQUIPA DA ADF | FOTOS DE GETTY IMAGES

Cerca de 100 saqueadores invadiram a cidade camaronesa de Mozogo à 1h30 do dia 8 de Janeiro de 2021. Pela forma como se vestiam e falavam, era óbvio que fossem extremistas do Boko Haram.

Entraram nas casas e saquearam-nas. Dispararam contra os habitantes da cidade que fugiam para as matas próximas. Um bombista suicida alcançou alguns deles e detonou um colete armadilhado. Doze pessoas morreram na explosão, incluindo oito crianças. Outras três pessoas ficaram feridas.

O bombista suicida era uma mulher. O Instituto de Estudos de Segurança diz que, nalgumas partes dos Camarões, 45% dos antigos membros do Boko Haram são mulheres.

Mulheres camaronesas reúnem-se e conversam num campo de refugiados no Chade. Os extremistas do Boko Haram obrigaram mais de 2,2 milhões de pessoas a abandonar as suas residências.

A utilização de mulheres como bombistas suicidas do Boko Haram remonta a Junho de 2014, quando uma mulher de meia-idade, montada numa mota, se aproximou do quartel de Gombe, na Nigéria. Enquanto era revistada, detonou explosivos presos ao seu corpo, matando-se a si própria e a um soldado.

"Com este acto, começou um novo capítulo na história destrutiva do Boko Haram: o grupo juntou-se às fileiras dos grupos terroristas de todo o mundo que incorporavam mulheres nos seus perfis organizacionais," escreveram as investigadoras Mia Bloom e Hilary Matfess no seu estudo "Women as Symbols and Swords in Boko Haram's Terror."

O conflito do Boko Haram, que começou em 2009 no nordeste da Nigéria, já matou mais de 35.000 pessoas e deslocou 2 milhões nos Camarões, Chade, Níger e Nigéria.

O Boko Haram e a Província do Estado Islâmico da África Ocidental concentraram os seus ataques na região do Extremo Norte dos Camarões. O país também está a lidar com grupos separatistas armados que procuram a independência das regiões minoritárias de língua inglesa do país.

São frequentemente citadas várias razões para que as mulheres, historicamente oprimidas em muitas partes de África, se aliem aos terroristas. Bloom e Matfess afirmam que a vingança e a retribuição podem desempenhar um papel fundamental na "galvanização da participação feminina," observando que há uma prevalência de viúvas entre as mulheres militantes.

Os estudos relacionam os problemas económicos como incentivos para que homens e mulheres se juntem aos extremistas por puro desespero. Alguns pesquisadores afirmam que as mulheres podem aderir aos extremistas por sua própria vontade, simplesmente devido a laços culturais e religiosos. Outros dizem que não é o caso. Numa coisa toda a gente está de acordo: as mulheres precisam de mais ajuda para quebrar o ciclo do terrorismo e, enquanto civis, precisam de se envolver mais na ajuda à desradicalização dos extremistas.

Demasiadas vezes, os esforços antiterrorismo e contra a radicalização centram-se apenas nos homens que constituem a maioria dos combatentes. Ignoram o papel que as mulheres podem desempenhar para persuadir esses homens a deporem as armas e a mobilizarem as suas comunidades contra o extremismo.

"Os membros do Boko Haram ainda têm mulheres nas suas aldeias e vêm comer aqui à noite," disse um residente perto de Diffa, no Níger, ao Centro Global de Segurança Cooperativa. "Ninguém se atreve a denunciá-los. Se o fizeres, eles matam-te. Eles ainda estão enredados na nossa

Membros de uma organização não-governamental dão aulas a mulheres e raparigas refugiadas durante uma visita ao norte dos Camarões.

sociedade. A política de denúncia não funciona se não forem as mulheres a denunciar. Não se pode denunciar um marido, um filho ou um irmão. Esta guerra é complicada por causa das pessoas que estão do lado deles."

ACTIVOS NEGLIGENCIADOS

No seu estudo, "Peacebuilding and Women Employment in Boko Haram Affected Countries," Eugenie Rose Fontep e Armand Mboutchouang Kountchou afirmam que as mulheres precisam de se envolver mais na tentativa de trazer o Boko Haram para a mesa das negociações nos Camarões.

"É apenas através de raptos e torturas que as raparigas são usadas pelo grupo Boko Haram como combatentes, algumas das quais se tornam bombistas suicidas," escreveram. "De facto, se não fosse pela força e por persuasões maliciosas, as mulheres poderiam estar a desempenhar um papel central no processo de construção da paz, uma vez que as sociedades e comunidades onde as mulheres gozam de um estatuto relativamente mais elevado têm maiores perspectivas de sucesso na construção da paz."

As mulheres querem ter uma voz na construção da paz no seu país — elas constituem mais de metade da

Mulheres forçadas a abandonar as suas aldeias nos Camarões lavam roupa num riacho. Extremistas e separatistas aterrorizam o país há anos.

Promoção das Mulheres NO PROCESSO DE PAZ

A cientista política Angela Ajodo-Adebanjoko publicou um relatório no African Journal on Terrorism intitulado "Women's Role in Countering Violent Extremism in North East Nigeria" (O papel das mulheres no combate ao extremismo violento no Nordeste da Nigéria) em 2021. Ela enumerou estes passos para promover a participação das mulheres no combate ao extremismo violento.

- Efectuar reformas jurídicas. Em primeiro lugar, as mulheres têm de ser reconhecidas, incluídas e protegidas como cidadãs de pleno direito e iguais perante a lei.
- A comunidade antiterrorismo tem de reconhecer que o género é uma questão central e não marginal.
- Os indicadores sensíveis ao género devem incluir sistemas de aviso prévio, recolha de informações e o reforço das estratégias de prevenção relacionadas com a violência contra as mulheres.
- As mulheres devem estar presentes à mesa das soluções. As mulheres devem ajudar a planear qualquer estratégia antiterrorista devido à sua capacidade de oferecer uma perspectiva diferente, mas vital.
- Os negociadores devem resolver as questões subjacentes à adesão das mulheres ao Boko Haram. É fundamental que a comunidade internacional se empenhe com as mulheres na prevenção do extremismo violento e se concentre nas razões relacionadas com o género que levam as mulheres a tornarem-se extremistas.
- A presença das mulheres entre os profissionais da luta contra o terrorismo, incluindo nas forças armadas, deve ser reforçada. As instituições têm de intensificar os seus esforços para recrutar e manter as mulheres, nomeadamente em funções operacionais, e garantir a eliminação dos obstáculos à sua progressão na carreira.
- As mulheres devem ser capacitadas nos sectores civil e da segurança, até ao nível nacional.
- As mulheres devem ser formadas em competências de advocacia que tirem partido das suas posições e localidades.
- Deve ser incluída uma dimensão de género nos esforços para promover diálogos interculturais e inter-religiosos.

Uma mulher trabalha num campo de cebolas na região norte dos Camarões, onde os terroristas do Boko Haram obrigaram as pessoas a fugir das suas residências.

população dos Camarões — e estão a protestar contra o que dizem ser uma sub-representação nos esforços do país. Também querem ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração, ou DDR, de antigos insurgentes.

Um grupo auto-intitulado Negociações de Mulheres para a Paz nos Camarões diz que planeia reunir-se com combatentes e tropas governamentais para encontrar um caminho para a paz.

Sonkeng Rachel, uma das organizadoras, disse à Voz da América que, em situações de crise, as mulheres que são consideradas como tendo elevados padrões morais, integridade e disciplina devem ter a oportunidade de falar. Ela disse que as mulheres provaram que podem até ser as principais negociadoras de paz, porque fornecem necessidades humanitárias às populações afectadas, incluindo soldados e combatentes feridos. As mulheres, acrescentou, educam os combatentes e as tropas governamentais sobre a necessidade de construir a paz.

Num estudo de 2022 para o Instituto de Estudos de Segurança, os pesquisadores Celestin Delanga e Akinola Olojo defenderam que as mulheres dos Camarões devem encorajar os membros do Boko Haram a abandonar o grupo e a reintegrar-se na sociedade.

"As necessidades destes antigos membros do Boko Haram são, muitas vezes, compreendidas pelas mulheres das comunidades afectadas pelo extremismo violento," escreveram. "Também conhecem as preocupações que existem nas comunidades de acolhimento ou de recepção relativamente aos processos de reintegração. Este conhecimento pode informar a programação nacional e regional sobre os processos de paz de forma a reflectir a sensibilidade ao género e a inclusão."

O Grupo Internacional de Crise (ICG) afirma que as mulheres dos Camarões já estão envolvidas no trabalho para a paz, quer os homens o aceitem ou não.

"Ignorar as opiniões das mulheres significa ignorar círculos eleitorais importantes e novas perspectivas sobre o conflito," comunicou o ICG em Março de 2022. "Apesar do carácter profundamente patriarcal da sociedade dos Camarões, algumas mulheres exercem uma influência considerável, sobretudo a nível das bases e no seio das famílias. Além disso, os diferentes danos sofridos pelas mulheres requerem uma atenção especial por parte do governo, dos separatistas e dos parceiros internacionais."

O envolvimento das mulheres na reintegração nos Camarões é ainda mais necessário pelo facto de muitos dos insurgentes rendidos ou capturados, cerca de 20%, serem mulheres.

O serviço noticioso online HumAngle noticiou, em Novembro de 2022, que os Camarões tinham anunciado um plano de cinco anos destinado a reintegrar na sociedade os insurgentes e antigos combatentes do Boko Haram.

"O plano baseia-se em estratégias utilizadas em conflitos em todo o mundo, que tentam reintegrar pessoas que foram armadas e mandadas matar numa sociedade que as vê com desconfiança," reportou o HumAngle.

O Comité Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (CNDDR) afirmou que iria ter "em conta as necessidades e interesses específicos das mulheres e raparigas associadas a grupos armados" nos seus esforços, particularmente nos seus centros de DDR.

"A implementação desta estratégia no terreno seria feita através de campanhas de formação e sensibilização, o aumento do envolvimento das mulheres e raparigas no processo de DDR, a sua protecção contra a estigmatização e a violência com base no seu género," disse Jean Claude Obam, do comité, informou a HumAngle.

No final de 2022, os Camarões disseram que havia cerca de 770 combatentes e associados do sexo feminino nos seus centros de DDR em todo o país.

DUPLO PADRÃO

Há uma dualidade de critérios na reintegração das mulheres na sociedade, dizem Delanga e Olojo.

"Ao regressar a casa, algumas são vitimizadas pelas suas famílias ou comunidades," escreveram. "São estigmatizadas quando tentam voltar a casar e, nalguns casos, são completamente rejeitadas. De acordo com a [Organização Internacional para as Migrações], nos Camarões, a vitimização é mais elevada entre as mulheres ex-membros do Boko Haram do que entre os homens. Se este facto não for resolvido pode dificultar os esforços de reintegração."

Delanga e Olojo fazem estas sugestões para utilizar as mulheres no processo de DDR dos Camarões:

- É necessário envolver mais mulheres no CNDDR dos Camarões. O comité foi criado em 2018, mas, no final de 2022, apenas um dos 16 membros era uma mulher. O decreto que criou o comité deve ser revisto para que as mulheres possam estar mais envolvidas na gestão dos centros de DDR do país. "A promulgação destas leis ganharia marcos importantes se os ministérios da justiça colaborassem com os ministérios da promoção da mulher e da família e dos assuntos sociais," escreveram os autores.
- As mulheres precisam de desempenhar um papel na concepção de programas de DDR para ex-membros do sexo feminino do Boko Haram.
- A nível regional, a Comissão da Bacia do Lago Chade deve reforçar a sua atenção às necessidades em matéria de género. Os pontos-chave da comissão já se centram no trabalho com as mulheres e na capacitação e inclusão das mulheres e dos jovens.
- A Comissão da Bacia do Lago Chade também precisa de se concentrar nas lições aprendidas e nas melhores práticas de reintegração. As reuniões do comité devem destacar temas que dêem prioridade às necessidades das mulheres.
- "O envolvimento das mulheres no processo de desarmamento, desmobilização e reintegração dos Camarões permitiria uma resolução mais eficaz dos conflitos e a construção da paz," afirmam os autores. "E, ao lidar com as preocupações relacionadas com o género, os problemas de discriminação também podem ser abordados." ❑

MOÇAMBIQUE ADQUIRE
Aeronave de Transporte

DEFENCEWEB

As Forças Armadas de Moçambique receberam dois aviões de transporte recondicionados, adquiridos ao Paramount Group da África do Sul.

A empresa entregou aos militares moçambicanos um Let-410 Turbolet e um avião de transporte CN-235M. Segundo o jornal Notícias, os aviões serão usados para transporte de carga e de tropas, forças especiais e pára-quedistas.

As autoridades moçambicanas disseram que a Paramount, uma empresa da indústria de defesa, forneceu os aviões juntamente com a formação e manutenção.

A Força de Defesa do Botswana operou o CN-235M-10, fabricado em 1987, até 2011. O CN-235 é um avião de transporte bimotor de médio alcance que foi desenvolvido conjuntamente pela CASA de Espanha e pelo fabricante indonésio IPTN. As suas principais funções militares consistem no transporte e na vigilância aérea.

O Let-410 é um avião bimotor de transporte de curto alcance fabricado pelo construtor aeronáutico checo Let Kunovice. Para além da sua utilização militar, também foi utilizado como um pequeno avião de passageiros, com uma capacidade de cerca de 18 lugares.

A Paramount forneceu uma variedade de equipamento ao exército de Moçambique, incluindo veículos blindados Marauder e helicópteros Mi-8/17, Mi-24 e Gazelle.

Os Marauders foram vistos pela primeira vez em Moçambique, em finais de 2020. Os helicópteros parecem ter sido entregues em 2021.

Em 2021, o jornalista Nuno Rogeiro noticiou que Moçambique iria receber vários helicópteros Mi-17 e Mi-24 actualizados da Paramount, equipados com armas, sensores e outros equipamentos.

A Paramount entregou pelo menos dois Gazelles anteriormente pertencentes ao Exército do Reino Unido a Moçambique, podendo vir a efectuar entregas adicionais.

Quinze pilotos moçambicanos terão treinado na Academia de Treino Técnico da Paramount. A Burnham Global deu formação sobre o funcionamento dos veículos blindados em Moçambique.

Um avião de transporte CN-235 aterra

NIGÉRIA UTILIZA DRONES COM CABO PARA A SEGURANÇA

DEFENCEWEB

Os drones com cabo estão a facilitar a vida das autoridades policiais nigerianas responsáveis pela segurança das fronteiras e pela luta contra o crime e o terrorismo.

O equipamento é da empresa de drones Elistair, que forneceu veículos aéreos não tripulados Orion à polícia nigeriana, segundo um comunicado da empresa.

Um drone com cabo fabricado por Elistair mostra o seu tempo de voo ilimitado num evento de demonstração de robótica. AFP/GETTY IMAGES

A empresa forneceu os drones, juntamente com formação em Abuja, no início do ano, e "os drones com cabo são agora utilizados diariamente."

A polícia utiliza os Orions para identificar com sucesso grupos terroristas armados, utilizando a observação e a detecção de ameaças durante voos de 24 horas.

"Os drones ajudam a polícia a monitorizar cenas de crime activas, coordenar operações de resposta e fornecer apoio aéreo aos agentes que respondem," disse um porta-voz da polícia nigeriana.

Implantáveis em minutos e facilmente transportáveis, os drones Orion permitem aos operadores criar rapidamente um ponto de controlo discreto com o mínimo de apoio logístico. O Orion pode permanecer na estação durante 50 horas e, com um cabo de Kevlar de 100 metros, é imune a interferências. O seu duplo sensor electroóptico/infravermelho é adequado para missões diurnas e nocturnas e tem um alcance de detecção de 10 quilómetros. Os drones têm um peso total à descolagem de 10,5 quilogramas. Se o cabo falhar, o drone pode descer de pára-quedas para o solo.

A Elistair abriu um escritório na Costa do Marfim em Abril de 2021 para aumentar a sua presença e proximidade com os clientes da África Ocidental. A empresa fornece drones a mais de 70 países em todo o mundo a partir das suas instalações em África, França e Estados Unidos.

A polícia nigeriana está a aumentar o seu inventário de drones e recebeu um pequeno lote de veículos aéreos não tripulados armados Songar da empresa turca Asisguard.

Apresentado em 2019, o multicóptero Songar pode ser equipado com uma espingarda de assalto, um lançador de granadas de 40 mm ou um morteiro de 81 mm. Pode também ser equipado com um estabilizador de câmara dia/noite e um telémetro laser. Uma mira electrónica e um módulo de cálculo balístico ajudam na utilização da arma e na gestão do recuo.

Espera-se que a polícia nigeriana utilize o Songar contra bandos e bandidos armados, que recentemente causaram estragos em vários Estados. A Força Policial Nigeriana também recebeu drones ALTI Transition da África do Sul.

Tunísia Recebe Novo AVIÃO DE TREINO

DEFENCEWEB

A Força Aérea Tunisiana recebeu o primeiro avião de treino T-6C Texan II, no âmbito de uma encomenda de oito aviões.

A empresa americana Textron disse que todos os oito aviões devem ser entregues até finais de 2023.

O treinamento do quadro inicial de pilotos começou no final de 2022 nas instalações da Textron Aviation Defense em Wichita, Kansas, nos EUA. A Força Aérea Tunisiana está a contar com a TRU Simulation + Training Inc., uma afiliada da Textron, para um conjunto de dispositivos de treino e apoio conexo. Os dispositivos, destinados a ser instalados na base aérea de Sfax, na Tunísia, incluem um sistema de treino em terra, um treinador de voo operacional e um laboratório de treino baseado em computador.

O contrato da Tunísia abrange oito aeronaves e serviço de campo no país e apoio logístico, apoio à gestão do programa, apoio interino do contratante durante o primeiro ano, formação para pilotos e profissionais de manutenção, motores sobressalentes, peças sobressalentes e equipamento de apoio às aeronaves.

O T-6A Texan II é um avião monomotor, de dois lugares, concebido para ensinar competências básicas de voo aos alunos da Formação Conjunta de Pilotos Primários.

PRIMEIRO-SARGENTO DAVID RICHARDS/FORÇA AÉREA DOS EUA

Em Outubro de 2019, o Departamento de Estado dos EUA aprovou a venda de até 12 aeronaves T-6 à Tunísia por um valor estimado de 234 milhões de dólares americanos.

Estudantes da Força Aérea Tunisina fazem o seu treino básico em SF-260s italianos. A Tunísia recebeu nove SF-260CTs e 12 SF-260WT Warriors, entre 1974 e 1978. Cerca de 18 SF-260 continuam a ser utilizados. Os alunos-pilotos tunisinos passam então para o Aermacchi MB-326 a jacto.

O T-6 é um desenvolvimento do treinador turbopropulsor suíço Pilatus PC-9 e foi concebido para preencher o papel de Sistema de Treino Primário de Aeronaves Conjunto da Força Aérea e a Marinha dos EUA. O modelo C é um aperfeiçoamento do T-6A Texan II com um cockpit de vidro integrado, um conjunto avançado de aviónica e asas de ponto duro que podem acomodar tanques de combustível auxiliares.

Quénia Olha para o Céu para Melhorar a Vida na Terra

EQUIPA DA ADF

A Agência Espacial do Quénia (KSA) está a trabalhar na utilização da tecnologia de satélite para melhorar a vida dos quenianos.

O Brigadeiro Hillary Kipkosgey, director interino da KSA, disse que a agência investiu significativamente em projectos como a Monitorização para Decisões usando Tecnologias Espaciais para rastrear a cobertura florestal, a urbanização e para ajudar no planeamento da gestão de desastres.

"A KSA acredita que a ciência, a tecnologia e as aplicações espaciais têm o potencial de estimular o crescimento económico," disse Kipkosgey numa reunião durante a Semana de Inovação do Quénia (KIW), em Dezembro de 2022, no Sarit Expo Centre, em Nairobi.

Ele fez o seu discurso principal durante um evento paralelo da KIW, conhecido como Africa Earth Observation Challenge, um concurso anual de inovação continental com o objectivo de encontrar novas maneiras de usar a tecnologia de monitoramento por satélite.

Em 2022, a agriBORA do Quénia ganhou o primeiro prémio do concurso. O projecto agriBORA utiliza tecnologia, incluindo dados de satélite, para ajudar os agricultores a aumentar a produtividade e a reduzir os riscos.

"A observação da Terra fornece informações fiáveis e em tempo real para apoiar a monitorização ambiental, que é vital para a tomada de decisões informadas," disse Kipkosgey durante o seu discurso.

A Estação Espacial Internacional
AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA

A agência está envolvida em iniciativas para estimular o desenvolvimento espacial. Foi uma das três agências nacionais seleccionadas pelas Nações Unidas para lançar uma carga útil de detecção remota que voará a bordo da Estação Espacial Internacional (na foto acima) para monitorizar o clima e os efeitos das catástrofes naturais.

O Quénia também está a colaborar com cinco outros países africanos no âmbito da Iniciativa de Satélites de Desenvolvimento Africano. O programa tem como objectivo desenvolver capacidades em engenharia de sistemas espaciais e operações espaciais através do desenvolvimento de um pequeno satélite, disse Kipkosgey.

"Desejo encorajar os Estados africanos a abraçarem também a busca conjunta do acesso ao espaço para o desenvolvimento sustentável, através de iniciativas regionais," disse Kipkosgey durante um discurso em Viena, em 2022, perante o Comité das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior.

AUTORIDADE DE CIBERSEGURANÇA DO GANA

Gana Disponibiliza

MODELO DE CIBERSEGURANÇA

à Medida que as Ameaças Se Multiplicam

EQUIPA DA ADF

O Gana está a trabalhar para se posicionar como um líder continental em matéria de cibersegurança. O país criou uma rede de cibersegurança liderada por civis, com sede no Ministério das Comunicações, mas com filiais importantes nos sectores da segurança e da tecnologia.

Na linha da frente da luta contínua do Gana contra as ameaças online, a Autoridade de Cibersegurança, criada em 2021, e a Equipa Nacional de Resposta a Emergências Informáticas acompanham as ameaças em tempo real e coordenam a resposta a grandes eventos.

A autoridade exige que todas as empresas de cibersegurança sejam licenciadas e, a partir de 1 de Janeiro de 2023, começou a auditar os proprietários de infra-estruturas críticas de informação para garantir que estejam a operar em conformidade com os mandatos de segurança.

"Outros países do continente têm muito a aprender com a abordagem do Gana, que trouxe um enorme crescimento nas capacidades cibernéticas, permitiu que o Gana tomasse medidas para enfrentar as ameaças crescentes e reforçou a confiança entre o governo e os cidadãos," escreveram Kenneth Adu-Amanfoh, presidente da Organização de Cibersegurança e Direitos Digitais da África, e Nate Allen, um especialista em cibersegurança, num comentário para o Centro de Estudos Estratégicos da África.

As Forças Armadas do Gana (GAF) também estão a desempenhar um papel fundamental na estratégia do país. Durante o Mês de Consciencialização Sobre a Cibersegurança, em Outubro de 2022, o Vice-Almirante Seth Amoama, Chefe do Estado-Maior da Defesa do Gana, disse que esforços estão em curso para certificar que todo o pessoal compreenda as ameaças de cibersegurança, as possíveis vulnerabilidades e o seu impacto na prontidão das missões. As GAF encontram-se numa transição para um ambiente de trabalho "sem papel," fazendo com que a cibersegurança seja extremamente importante.

"Para nós, no exército, o ciberespaço emerge como um quinto domínio de guerra, juntamente com os domínios da terra, mar, ar e espaço," disse Amoama, de acordo com Gana Peace Journal. "Não é surpreendente, por conseguinte, que os terroristas e os grupos extremistas violentos estejam a utilizar as plataformas da internet para apoiar as suas actividades."

O sucesso de cibersegurança do Gana impulsionou que saísse da 89ª para a 43ª posição, no Índice Global de Cibersegurança, da União Internacional de Telecomunicações. Encontra-se entre os apenas sete países africanos na lista de principais 50 países, a nível global, tendo-se juntado ao Egito, Ilhas Maurícias, Marrocos, Nigéria, Tanzânia e Tunísia.

O Director-Geral da Autoridade Nacional de Cibersegurança do Ruanda, Coronel David Kanamugire, à esquerda, e o Dr. Albert Antwi-Boasiako, Director-Geral da Autoridade de Cibersegurança do Gana, assinam um memorando de entendimento em que se comprometem a trabalhar em conjunto para reforçar a capacidade de cibersegurança e combater os crimes cibernéticos.

Drones Provam o Seu Valor em

SEGURANÇA MARÍTIMA

EQUIPA DA ADF

Os países estão a aderir à utilização de veículos aéreos e de superfície não tripulados para reforçar a sua capacidade de patrulhar e controlar as suas águas costeiras. Estes instrumentos permitem vigiar e identificar possíveis actos de pirataria, pesca ilegal e tráfico.

"Uma das conclusões é a consciência situacional melhorada desta tecnologia que expande o alcance da visão no terreno contra alvos no terreno," disse à ADF o piloto de drones nigeriano, Ebunoluwa George Ojo-ami, membro da Academia Marítima Nigeriana e voluntário do Instituto Marítimo do Golfo da Guiné. "Em comparação com as aeronaves tripuladas, os drones oferecem um custo relativamente mais barato e podem ser concebidos para serem totalmente autónomos ou semiautónomos."

Embora os drones tenham sido utilizados principalmente em terra, estão a tornar-se mais atraentes para as forças marítimas sobrecarregadas encarregadas de monitorizar o vasto oceano. A Nigéria adquiriu quatro drones em 2021 como parte do seu projecto de segurança marítima, Deep Blue.

Bashir Yusuf Jamoh, director-geral da Agência Nigeriana de Administração e Segurança Marítima, anunciou os novos drones no Twitter.

"Os nossos 4 Veículos Aéreos Não Tripulados irão garantir que tenhamos um sistema de vigilância sustentável 24 horas por dia a partir do céu, fornecendo informações em tempo real para uma acção atempada para manter as nossas águas seguras para a navegação e para os navegadores," disse.

Em Outubro de 2022, o Gana adquiriu veículos aéreos não tripulados para serem utilizados pela Comissão de Fronteiras do Gana e pela Marinha do Gana a fim de melhorar o patrulhamento e demarcar as fronteiras marítimas do Gana.

As Seychelles complementaram os seus barcos de patrulha com drones que utilizam inteligência artificial para monitorizar os navios de pesca que operam na sua zona económica exclusiva de 1,3 milhões de quilómetros quadrados.

"Podemos ver como a tecnologia dos drones trabalha em conjunto com o pessoal de terra, integrando-se e comunicando com os seus sistemas de segurança," disse Ojo-ami, da Nigéria. "Os drones são facilmente adaptados à maioria dos softwares de segurança existentes, pelo que adicionar um drone de segurança a uma operação existente é um processo relativamente simples."

Um veículo aéreo não tripulado da Marinha dos EUA voa perto de Bahrain durante um exercício naval. Os militares estão a recorrer a drones como uma ferramenta acessível e eficaz para a segurança marítima. AFP/GETTY IMAGES

MERGULHADORES DOS EUA E DAS SEYCHELLES

UNEM-SE PARA REMOVER DESTROÇOS DE UM NAVIO

EQUIPA DA ADF | FOTOS DA MARINHA DOS EUA

Mergulhadores da Marinha dos EUA e da Guarda Costeira das Seychelles (SCG) passaram cerca de oito horas por dia em Dezembro de 2022 a remover os destroços do Oceans Bounty, um navio que afundou em 2018.

O chefe-executivo da Autoridade Policial das Seychelles, Sony Payet, disse que os destroços eram um perigo para a navegação perto de Port Victoria e estavam a bloquear um espaço valioso no cais. "A remoção destes destroços é necessária para desobstruir o fundo do mar nesta zona, uma vez que o novo muro de protecção a construir chegará até este ponto e, no futuro, haverá aqui muitas actividades náuticas," afirmou Payet.

Os EUA também ajudaram a efectuar um levantamento do fundo oceânico do porto das Seychelles e das áreas do cais da SCG.

Os mergulhadores Seabee, da Marinha dos EUA, afectos à Equipa de Construção Subaquática 1 (UCT1), trabalharam em conjunto com os mergulhadores da SCG. Esta missão estabelece as bases para futuros compromissos de mergulho entre a SCG e as forças dos EUA.

"Trabalhar com a Guarda Costeira das Seychelles tem sido uma óptima experiência," disse o Primeiro-Sargento Estephan Lopez. "Trata-se de um grupo de mergulhadores extremamente profissional e que esteve mais do que disposto a contribuir com os seus conhecimentos de mergulho durante todo o trabalho. Estou ansioso por trabalhar com eles mais vezes no futuro."

Os mergulhadores Seabee utilizaram ferramentas de corte exotérmico para partir os destroços em pequenos pedaços antes de retirarem os destroços da água. Isto permitiu-lhes concluir a tarefa com o mínimo de perturbação para o ambiente.

"Esta missão foi uma forma perfeita de praticarmos o que treinamos," disse o Suboficial de 2ª Classe Nicholas Ramirez, um mergulhador que participou na missão. "O corte subaquático é uma parte realmente especializada do nosso trabalho como Seabee Divers, e é fantástico poder empregar essa capacidade de uma forma que realmente ajuda as pessoas nas Seychelles."

Os mergulhadores das Seychelles concordaram que eventos como este ajudam as duas nações a trabalhar em conjunto. Afirmaram também que estes projectos conjuntos melhoram as competências e os conhecimentos em matéria de mergulho.

"Foi uma grande experiência para a equipa de mergulho da Guarda Costeira das Seychelles," disse o Capitão Luigi Loizeau, oficial de mergulho da SCG. "Os mergulhadores do CTF 68 são uma equipa profissional dedicada e coordenada. Desejo que estas parcerias continuem no futuro, pois a colaboração é uma óptima oportunidade de aprendizagem."

Para além das operações de salvamento, os mergulhadores Seabee efectuaram um levantamento do fundo oceânico de todo o porto, identificando as passagens dos navios e a paisagem subaquática. O UCT1 mapeou mais de 1,7 milhões de metros quadrados, fornecendo um mapa claro, conciso e detalhado da topografia do Porto de Vitória, enquanto proporcionavam imagens 3D de outros perigos subaquáticos.

Pessoal da Marinha dos EUA utiliza técnicas de corte exotérmico para desmontar um navio naufragado durante uma missão de salvamento em Port Victoria, Seychelles.

GANA ADERE À **REDE NAVAL INTERNACIONAL**

MARINHA DO GANA

O Gana juntou-se a uma rede internacional de marinhas que partilham informações seleccionadas não classificadas relacionadas com a marinha mercante.

No dia 8 de Novembro de 2022, a Marinha do Gana aderiu ao Centro de Tráfego Marítimo Virtual-Regional e à Rede Marítima Trans-Regional, numa cerimónia a bordo do navio da Marinha Italiana, ITS Nave Borsini. O sistema de partilha de informação é baseado em hardware e software comercial desenvolvido pela Marinha Italiana.

Num discurso antes da assinatura, o Contra-Almirante Issah Adam Yakubu, chefe do Estado-Maior da Marinha do Gana, afirmou que o Golfo da Guiné enfrenta desafios de segurança e que as marinhas devem saber o que está a acontecer e reforçar as suas capacidades através de formação conjunta no mar e em terra. Ele considerou a adesão do Gana à rede "relevante e oportuna."

"Na nossa tentativa de travar estes desafios, os países devem reconhecer a necessidade de colaborações mais fortes a todos os níveis para ajudar no desenvolvimento de estratégias e compromissos sustentáveis para lidar com estes desafios," disse Yakubu.

Lançado pela Marinha Italiana em 2004, o programa inclui 37 marinhas. O seu software permite a partilha virtual e em tempo real de informações sobre a marinha mercante.

O software também é capaz de analisar dados e detectar anomalias, o que facilita o trabalho dos centros de operações, afirmou a Marinha Italiana na sua página da internet. Todos os anos, mais de 2 milhões de trajectos são trocados no sistema entre as marinhas-membros.

Na cerimónia de assinatura, o comandante da 3ª Divisão Naval, o Contra-Almirante Valentino Rinaldi, representante do chefe da Marinha Italiana, afirmou que o centro de tráfego e a rede melhoram o conhecimento da situação marítima e a segurança, ao mesmo tempo que reforçam a confiança entre os membros, criam confiança e criam sinergias através da partilha de informações e recursos.

O Contra-Almirante Issah Adam Yakubu, à esquerda, entrega uma placa ao Contra-Almirante da Marinha Italiana, Valentino Rinaldi, em comemoração da assinatura da "nota de adesão," que significa a entrada do Gana no Centro Virtual de Tráfego Marítimo Regional e na Rede Marítima Trans-Regional..

MARINHA DO GANA

CEDEAO PLANEIA FORÇA REGIONAL PARA INTERVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE CRISE

EQUIPA DA ADF

Os líderes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) concordaram em criar uma força regional para intervir quando os países-membros são confrontados com extremismo violento ou em caso de golpes de Estado.

Omar Alieu Touray, presidente da Comissão da CEDEAO, disse aos jornalistas numa cimeira realizada em Dezembro de 2022, na Nigéria, que a medida se destina a "cuidar da nossa própria segurança na região."

A CEDEAO está "determinada a criar uma força regional que intervirá em caso de necessidade" para restabelecer a ordem constitucional nos países-membros, acrescentou.

A força proposta pela CEDEAO terá como missão combater as organizações extremistas violentas da região, como a Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin, ligada à al-Qaeda, e o Estado Islâmico no Grande Sahara. Os grupos extremistas estão determinados a espalhar-se a partir do Sahel para países costeiros como Benin, Gana e Togo.

Os observadores ainda não têm a certeza da diferença entre a nova força e os actuais instrumentos de intervenção, nem da forma como será utilizada. Os observadores alertam para o facto de a nova força poder demorar a tomar forma.

"A criação desta nova força vai demorar algum tempo," disse Emmanuel Balogun, autor do livro "Region-Building in West Africa," ao The Washington Post. "É provável que envolva muitas outras partes interessadas na paz e na segurança, incluindo potencialmente grupos da sociedade civil que também estão empenhados no processo de paz e segurança."

Os ministros da defesa da região reuniram-se em 2023 para analisar a estrutura da força. Touray disse que os ministros deveriam elaborar um plano para a força no segundo semestre de 2023.

Touray disse que o financiamento não pode depender apenas de contribuições voluntárias.

A CEDEAO já dispõe de uma força de reserva baseada em Abuja. Existem também várias operações de apoio à paz da CEDEAO, incluindo uma na Gâmbia e outra na Guiné-Bissau.

A CEDEAO tem um historial de apoio a missões de luta contra golpes de Estado. Poucos dias após a tentativa de golpe de Estado na Guiné-Bissau, em Fevereiro de 2022, os líderes da CEDEAO decidiram enviar uma força de estabilização.

Na altura, o Presidente do Gana, Nana Akufo Addo, lançou um forte aviso e utilizou a palavra "contágio" para descrever a epidemia de golpes de Estado na região.

"O ressurgimento de golpes de Estado na nossa região é motivo de grande preocupação," afirmou durante uma cimeira de emergência convocada para debater a questão em Fevereiro de 2022.

"Esta evolução põe em causa o modo de vida democrático que escolhemos. Vamos abordar esta tendência perigosa de forma colectiva e decisiva antes que ela devaste toda a região."

A bandeira da CEDEAO exibida ao lado das dos países membros numa cimeira em Acra, no Gana. AFP/GETTY IMAGES

Exército do Sudão do Sul diz que é Altura de Restabelecer a Confiança

UNMISS

Membros das Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul participam numa formação em direitos humanos. UNMISS

TOPO: Soldados sul-sudaneses participam numa cerimónia antes do seu destacamento para a República Democrática do Congo. AFP/GETTY IMAGES

"Se queremos verdadeiramente transformar e reconstruir este país e um exército nacional, temos de ouvir as vozes dos nossos civis para podermos restaurar a confiança do público," disse o Capitão Joseph James Mangar, chefe do Departamento de Formação e Defesa da Justiça Militar das Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul, numa sessão de formação, em Janeiro de 2023, em Juba.

A sua declaração deu o mote para um seminário organizado pela Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). O objectivo era criar consciência, transmitir competências e conhecimentos sobre direitos humanos e ajudar o exército a construir relações produtivas.

O workshop, organizado e financiado pela Divisão de Direitos Humanos da missão de manutenção da paz, reuniu 35 oficiais comissionados e não-comissionados do exército governamental, 20 dos quais eram mulheres.

Bessong Ndip, um oficial de direitos humanos que trabalha para a UNMISS, disse que os militares não podem fazer o seu trabalho sem o apoio do público.

"Qualquer falha das forças armadas em defender consistentemente os direitos humanos quando protegem os civis pode minar a confiança necessária para a cooperação entre os soldados e os cidadãos," disse.

"O exército e a polícia desempenham um papel fundamental na salvaguarda da vida dos civis, sobretudo quando se trata de prevenir a violência sexual e outros tipos de violência baseada no género, que causam uma insegurança terrível às mulheres e raparigas, especialmente quando vêem que os agressores não são responsabilizados."

Mangar salientou a necessidade de evitar o tribalismo e a política de divisão para alcançar um sentido de unidade.

Os participantes foram informados não só sobre os direitos humanos, mas também sobre o mandato da UNMISS: proteger os civis; criar um ambiente propício ao acesso humanitário; monitorizar, investigar e reportar violações dos direitos humanos; e apoiar a implementação do acordo de paz.

A Primeiro-Tenente Aluel Bol Deng, da Divisão de Assuntos Femininos das forças armadas, gostou da oportunidade de formação e comprometeu-se a partilhar os seus novos conhecimentos com os colegas.

"Vou trabalhar arduamente para colmatar as lacunas de confiança que existem entre militares e civis, para que nos entendamos quando precisarmos do apoio uns dos outros," afirmou.

Missão na Somália Patrocina **Formação em Jornalismo**

ATMIS

Cinquenta jornalistas somalis de Kismayo, no Estado de Jubaland, concluíram um seminário de formação de três dias destinado a melhorar as suas competências de comunicação social e a sua segurança pessoal e a ajudá-los a informar profissionalmente sobre a segurança no seu Estado natal.

Jornalistas somalis na sessão de formação ATMIS

O Ministério da Informação e Sensibilização Pública de Jubaland facilitou a formação, com o apoio da Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS). Participaram jornalistas de organizações de comunicação social públicas e privadas de Kismayo.

Os módulos de formação incluíram consciência situacional, segurança pessoal, ética dos meios de comunicação social, dinâmica em evolução nas redes sociais, verificação de factos e notícias falsas, políticas editoriais, parcialidade dos meios de comunicação social e protecção das fontes de notícias.

Miski Yusuf Ali, director-geral do Ministério da Informação e Sensibilização Pública de Jubaland, agradeceu à ATMIS por apoiar os esforços para ajudar os representantes dos meios de comunicação social a melhorar os padrões de jornalismo.

"Quando regressarem aos vossos respectivos postos de trabalho, estou confiante que irão aplicar os novos conhecimentos e competências adquiridos no vosso trabalho diário," disse Yusuf no final da formação. "Esperamos ver uma melhoria nas vossas reportagens para nos permitir ajudar o público a tomar decisões informadas."

Abdimajid Abas Adan, um produtor de rádio baseado em Kismayo, achou as sessões envolventes e interessantes.

"Aprendi a importância de ser um jornalista responsável, como produzir notícias profissionalmente e, mais importante, como ser justo e equilibrado nas minhas reportagens," disse Adan.

MONUSCO Retoma Patrulhas Conjuntas com Congoleses

MONUSCO

As patrulhas conjuntas entre a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e as forças de segurança congolesas foram retomadas em Goma e arredores, depois de terem sido suspensas na sequência de violentos protestos em meados de 2022.

As Forças Armadas da RDC (FARDC) e a Polícia Nacional Congolesa estão a liderar as operações.

As patrulhas conjuntas têm três objectivos: proteger a cidade de Goma e os seus arredores, garantir a livre circulação dos civis e assegurar uma intervenção rápida em caso de ataque.

Fora de Goma, têm também como objectivo manter os grupos armados afastados das estradas principais.

O comandante de patrulha das FARDC e outros representantes da força unida interagiram com civis durante as primeiras patrulhas. O objectivo era informar as pessoas nos campos de refugiados e nas aldeias locais sobre a importância do seu apoio e segurança nas estradas.

As patrulhas conjuntas são efectuadas três vezes por dia. Isso inclui seis a oito veículos por viagem e a força de reacção rápida.

Forças de manutenção da paz da MONUSCO são destacadas para o norte de Goma em 2022. THE ASSOCIATED PRESS

TRABALHO EM EQUIPA

Comissão do Oceano Índico Oferece Ferramentas Tecnológicas para Combater a Criminalidade Marítima

EQUIPA DA ADF

O Quénia foi um dos sete países africanos a receber um conjunto de equipamentos da Comissão do Oceano Índico (COI) para ajudar os inspectores de pesca a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).

Entregue em Dezembro de 2022, o equipamento inclui fatos flutuantes, dispositivos GPS portáteis, câmaras de bordo e à prova de água, computadores portáteis e tablets. Os recursos marinhos do Quénia estão ameaçados devido a um afluxo de arrastões industriais estrangeiros.

Sete países africanos receberam equipamento da Comissão do Oceano Índico para ajudar a combater a criminalidade marítima. COMISSÃO DO OCEANO ÍNDICO

"O material e o equipamento doados contribuirão para facilitar o exercício da sua actividade, melhorar a sua segurança e promover a transparência no desempenho da sua missão," declarou Vêlayoudom Marimoutou, secretário-geral da Comissão do Oceano Índico, num comunicado de imprensa da COI.

Comores, Madagáscar, Ilhas Maurícias, Moçambique, Seychelles e Tanzânia também receberam doações da COI. A região situa-se ao longo do Canal de Moçambique, uma rota importante para o transporte de heroína do Afeganistão. O tráfico de animais selvagens também aumentou devido à pobreza generalizada e ao aumento da procura de produtos animais exóticos no estrangeiro.

O envolvimento da comissão na protecção marítima da região começou no início da década de 1980, quando a cocaína e a heroína se tornaram as principais fontes de rendimento dos traficantes de droga.

"Todos temos um objectivo comum: garantir que os nossos oceanos sejam utilizados e geridos de forma sustentável e responsável e que as pessoas que deles dependem possam continuar a ganhar a vida e a contribuir para o bem-estar das suas comunidades," afirmou Milko Van Gool, chefe da cooperação da Delegação da União Europeia nas Maurícias e nas Seychelles, no comunicado da COI.

O Quénia tomou recentemente várias medidas para reprimir a pesca ilegal e impulsionar a sua economia azul. Em meados de Março de 2022, o país ratificou o Acordo da Cidade do Cabo (CTA) e a Convenção Internacional sobre os Padrões de Formação, Certificação e Vigia do Pessoal das Embarcações.

Adoptado pela Organização Marítima Internacional em 2012, o CTA define as normas e os regulamentos dos navios de pesca para proteger as tripulações e os observadores das pescas, de acordo com a Pew Charitable Trusts.

O Quénia também está a construir uma base de dados de DNA das suas espécies marinhas para conservar os seus recursos marinhos no meio de uma pesca ilegal generalizada. O exercício envolve a recolha de espécies e a sua catalogação para ajudar o governo a processar os casos de pesca ilegal. Desde o início do programa, em 2022, o Quénia produziu códigos de barras para cerca de 115 espécies.

O projecto, que deve levar vários anos, começou depois que Francis O. Owino, recém-nomeado secretário principal do Departamento de Estado da Pesca, Aquicultura e Economia Azul, instou os cientistas do instituto a aprimorarem a pesquisa enquanto o país procurava estimular a sua economia azul.

EUA e Tanzânia Concluem Treino Conjunto

RELAÇÕES PÚBLICAS DO COMANDO DOS ESTADOS UNIDOS PARA ÁFRICA

As Forças de Operações Especiais dos EUA realizaram um treino de intercâmbio combinado de assuntos civis juntamente com as Forças Especiais de Fuzileiros Navais da Tanzânia, em Dar es Salaam.

O treino, com a duração de um mês, permitiu que os soldados dos EUA e da Tanzânia desenvolvessem e mantivessem ligações militares críticas entre si e melhorassem a prontidão e a interoperabilidade conjunta e aliada.

Forças Especiais da Marinha da Tanzânia respondem a uma explosão simulada, estabelecendo um perímetro de segurança e aplicando um torniquete a um soldado do Exército dos EUA.

PRIMEIRO-SARGENTO NANCY KASBERG/FORÇA AÉREA DOS EUA

"Este curso é muito importante para as nossas forças especiais, porque nos permite estar melhor preparados para vários cenários e tarefas futuras," disse o Tenente-Coronel Athumani Ghamunga, da Força de Defesa Popular da Tanzânia. "É também a oportunidade de partilhar experiências e conhecimentos entre as nossas forças especiais."

O treino conjunto de intercâmbio combinado, ou JCET, permite principalmente que as forças do governo anfitrião dêem orientações de área às Forças de Operações Especiais dos EUA. Os exercícios JCET são normalmente compostos por 10 a 40 efectivos.

Embora os intercâmbios conjuntos entre os EUA e a Tanzânia não sejam novos, o exercício ajudou a desenvolver diferentes capacidades e a incorporar elementos da unidade de assuntos civis.

"Este foi o primeiro JCET centrado nos assuntos civis na Tanzânia," disse o Capitão do Exército dos EUA Tyler Clarke, chefe de uma equipa de assuntos civis. "A formação centrou-se nos assuntos civis e nas operações civis-militares, incluindo o reconhecimento civil [e] os compromissos civis. Discutimos negociações, mediações e cuidados tácticos a vítimas de combate."

O objectivo principal do programa JCET é fornecer às unidades de operações especiais das nações parceiras treino específico para promover a segurança e a estabilidade em África.

"O treino conjunto de intercâmbio combinado é a ponte e a cola que une a relação entre a Tanzânia e os EUA," disse o Brigadeiro da Força de Defesa Popular da Tanzânia Iddi Nkambi.

França e África do Sul Concluem Exercício Marítimo

DEFENCEWEB

A França e a África do Sul, que partilham uma fronteira marítima na zona económica exclusiva (ZEE), concluíram o Exercise Oxide, um exercício bienal.

A França e a África do Sul partilham uma zona geográfica de interesse, o sul do Oceano Índico, perto da ZEE da ilha francesa de Crozet e das ilhas sul-africanas de Prince Edward e Marion.

O objectivo do exercício é reforçar a cooperação e a interoperabilidade entre as duas forças.

A edição deste ano, que decorreu na área da Baía Falsa e na costa oeste do Cabo Ocidental, terminou a 28 de Novembro de 2022. O exercício incluiu vários exercícios marítimos, sendo o principal objectivo a busca e o salvamento. Outros objectivos incluíram vigilância, socorro em caso de catástrofe e negociações e libertações de reféns.

O Capitão N.K. Goboza, da Marinha da África do Sul, comandante da força de intervenção conjunta, explicou que o objectivo era realizar exercícios conjuntos de visita, abordagem, busca e apreensão, "que é um desafio actual do ambiente marítimo, em que podemos ser incumbidos de ir resgatar um navio que tenha reféns a bordo."

Goboza observou que o exercício contínuo em conjunto garantiria que ambas as marinhas estivessem "já em sincronia, em termos de tácticas, procedimentos operacionais padrão e comunicações; sabemos a quem chamar e o que fazer."

Os oficiais franceses observaram que os dois países são os únicos na área com marinhas fortes que têm fragatas com capacidades de alto nível.

Todos os anos, os navios de patrulha da Marinha Francesa efectuam até seis visitas portuárias. Durante o confinamento obrigatório da COVID-19, a África do Sul continuou a fornecer instalações de reabastecimento aos navios de patrulha franceses, permitindo-lhes alargar consideravelmente o seu alcance no sul do Oceano Índico.

O Exercise Oxide realizou-se de dois em dois anos nos últimos 25 anos, mas devido à pandemia de COVID-19, o mesmo teve de ser cancelado em 2020.

A próxima edição do exercício será organizada pela França e terá lugar na Ilha Reunião.

Marinheiros Sul-africanos Participam no Exercise Oxide 2022.

FORÇA DE DEFESA NACIONAL DA ÁFRICA DO SUL

O REINO DE MARAVI

EQUIPA DA ADF

O reino de Maravi, que ocupava partes do que é hoje Malawi, Moçambique, Zâmbia e o leste do Zimbabwe, era uma sociedade vibrante de administradores competentes, comerciantes de marfim, curandeiros, sábios e metalúrgicos. Começou com as tribos Banda, Mwali, Nkhoma e Phiri, e acabaria por incluir outras tribos.

O reino data do século XIII, com migrações em grande escala de clãs aparentados que se estabeleceram na região do Lago Niassa, atraídos pela sua abundância natural. As migrações continuaram durante centenas de anos, atingindo o seu auge, provavelmente, no século XVI.

Os historiadores dizem que o reino em si foi estabelecido por volta de 1480 e dissolvido, em grande parte, em 1891. Contudo, a maior parte do que se sabe sobre o reino provém de histórias orais, memorizadas e transmitidas de geração em geração.

Os reis Maravi, chamados Karongas, tinham rituais elaborados para assinalar a passagem do tempo.

"Os senhores Maravi criaram os seus próprios rituais e cerimónias. O rei Maravi era sempre representado pelo fogo perpétuo, que era sustentado por esteiras de junco. O fogo só se apagava com a morte do rei. O fogo era conjurado no final da estação seca," reportou o site Think Africa.

Um guerreiro Ngoni com uma tatuagem de barro, cerca de 1895

Os Karongas, também conhecidos como Kalongas, governaram a partir de Manthimba, no que é actualmente a região central do Malawi. A capital religiosa do reino era Mankhamba.

O comércio de marfim e ferro era uma parte importante da economia Maravi, com os comerciantes a enviarem-nos para os correctores Swahili na costa sul do continente e, mais tarde, para os comerciantes portugueses. Eventualmente, os mercadores árabes também se envolveram.

Na década de 1590, os portugueses tentaram assumir o controlo do comércio do marfim e do ouro na região, com resultados desastrosos: os Maravi enviaram os seus Zimba (saqueadores), que atacaram várias cidades comerciais portuguesas.

O declínio do reino começou quando alguns chefes de clãs começaram a negociar directamente com mercadores portugueses, árabes e Swahilis. Os chefes dos clãs tornaram-se cada vez mais independentes da autoridade central dos Karonga. Em 1720, a confederação tinha-se dividido em várias facções autónomas.

Outro grande golpe para o império veio indirectamente de Shaka Zulu, o líder do povo Zulu, no século XIX, cujo império cresceu até 210.000 quilómetros quadrados. Dois grupos poderosos, os Angoni e os Ngoni, chegaram ao reino de Maravi vindos do que é hoje a África do Sul, numa grande migração conhecida como Mfecane. Estavam a fugir de Shaka Zulu e tornaram-se uma força poderosa no reino, casando com mulheres Maravi e recrutando homens para os seus exércitos.

A influência da região entrou em declínio acentuado. O tráfico de escravos tornou-se um problema. As influências árabes e cristãs cresceram na região, com a chegada de missionários protestantes na década de 1860, juntamente com o Islão, introduzido pelos comerciantes de escravos Swahilis. Em 1883, chegou um cônsul britânico.

Actualmente, o povo Maravi, também conhecido como povo Nyanja, pode ser encontrado no Malawi e em Moçambique. Falam uma língua bantu e são considerados como fazendo parte do grupo étnico Chewa.

ONDE ESTOU?

DICAS

1. Os muçulmanos Ibadi estabeleceram uma comunidade nesta região no século X.
2. Cinco aldeias fortificadas, ou ksour, constituem cidadelas amuralhadas que contêm uma mesquita rodeada por casas construídas em círculos concêntricos.
3. Aqui as mesquitas foram concebidas como fortalezas. Serviam de torres de vigia e incluíam arsenais e armazéns de cereais.
4. Os assentamentos influenciaram a arquitectura e o planeamento árabes durante quase 1.000 anos.

FOTOS DE FRANCIS TACK/© UNESCO

RESPOSTA Vale de M'Zab, Argélia

PARTILHE O SEU CONHECIMENTO

Deseja ser publicado?

A Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas de segurança em África.

A revista é publicada trimestralmente pelo Comando Africano dos Estados Unidos e aborda temas como estratégias de combate ao terrorismo, operações de defesa e segurança, crime transnacional e questões que afectam a paz, estabilidade, boa governação e prosperidade.

O fórum permite que haja um debate aprofundado e intercâmbio de ideias. Gostaríamos de ouvir a opinião de pessoas das nossas nações parceiras africanas que compreendem os interesses e os desafios do continente. Submeta um artigo para publicação na ADF e deixe a sua opinião ser ouvida.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA ADF

REQUISITOS EDITORIAIS

- A preferência é para artigos com aproximadamente 1.500 palavras.
- Os artigos podem ser editados para se ajustarem ao estilo e espaçamento, mas a ADF irá colaborar com o autor quanto às alterações finais.
- Inclua uma pequena biografia sua com informações de contacto.
- Se possível, inclua uma fotografia sua de alta resolução e imagens relacionadas ao seu artigo com legendas e informações sobre os créditos da foto.

DIREITOS Os autores mantêm todos os direitos sobre o seu material original. No entanto, reservamo-nos o direito de editar artigos para que estejam em conformidade com os padrões do AP e do espaço. A apresentação do artigo não garante a sua publicação. Ao contribuir para a ADF, o autor concorda com estes termos.

SUBMISSÕES

Envie todas as ideias de reportagens, conteúdos e dúvidas para a Equipa Editorial da ADF através do **ADF.EDITOR@ADF-Magazine.com**. Ou envie a sua correspondência para um dos seguintes endereços:

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Unit 29951
APO AE 09751 USA

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Kelley Kaserne
Geb 3315, Zimmer 53
Plieninger Strasse 289
70567 Stuttgart Germany

adf
AFRICA DEFENSE FORUM

Está ansioso pela próxima edição?

Em ADF-Magazine.com, trazemos para si uma cobertura aprofundada de questões da actualidade que afectam a paz e a estabilidade todas as semanas. Confira a nossa página da internet e tenha as mesmas notícias fiáveis e credíveis sobre segurança, trazidas semanalmente, cobrindo todo o continente.

FIQUE LIGADO

Caso queira ficar ligado nas redes sociais, siga a ADF no Facebook, Twitter e Instagram ou pode juntar-se à nossa lista de e-mails, inscrevendo-se na nossa página da Internet, **ADF-Magazine.com**, ou enviando um email para **News@ADF-Magazine.com**.